



Cira Arqueologia

N.º 5



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira





Cira Arqueologia

N.º 5



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

Alberto Mesquita, Ana Margarida Arruda, António Valongo, Carlos Pereira, Carolina Grilo, Cézer Santos, Cleia Detry, Elisa de Sousa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira, José Pedro Henriques, Mário Longuinho Pereira, Nuno Mota, Rodrigo Banha da Silva, Rui Roberto de Almeida, Tânia Casimiro, Vasco Gil Mantas, Victor Filipe

REVISÃO

João Pimenta, Henrique Mendes

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

2016/2017

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Apresentação - Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	5
1	9
A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal) ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E ANA MARGARIDA ARRUDA	
2	33
Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Un Sítio Paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas CARLOS PEREIRA	
3	55
Os Cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos) MÁRIO LONGUINHO PEREIRA	
4	76
O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados VASCO GIL MANTAS	
5	86
A cerâmica comum da <i>villa</i> romana de Povos, Vila Franca de Xira CAROLINA GRILO E CÉZER SANTOS	
6	116
A Urbanística do Subúrbio Ocidental de <i>Felicias Iulia Olisipo</i> (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145 RODRIGO BANHA DA SILVA E ANTÓNIO VALONGO	
7	149
Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de <i>Olisipo</i>. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa NUNO MOTA, CAROLINA GRILO, RUI ROBERTO DE ALMEIDA E VICTOR FILIPE	
8	207
Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E MIGUEL CORREIA	
9	238
Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum CLEIA DETRY E JOÃO PIMENTA	
10	260
Faiança Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOÃO SEQUEIRA	
11	274
Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI E XVII TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOSÉ PEDRO HENRIQUES	



Cira Arqueologia

N.º 5

➤ A Urbanística do Subúrbio Ocidental de *Felicias Iulia Olisipo* (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145

RODRIGO BANHA DA SILVA (CHAM-FCSH/UNL E UAÇ; CAL-CML) | rbd@fcsch.unl.pt

ANTÓNIO VALONGO ARQUEÓLOGO | antonio.valongo@gmail.com

RESUMO

Os autores publicam a informação contextual e os artefactos associados em estratigrafia de uma ocupação suburbana da cidade romana de *Olisipo*. O local situava-se na margem direita do antigo Esteiro da Baixa, contribuindo deste modo para o refinamento das leituras sobre este curso de água e sua importância e significado para o urbanismo romano imperial.

Discute-se o significado do abandono das construções estudadas nos finais do século III e primeiros decénios do séc. IV d.C. em *Olisipo*.

ABSTRACT

The authors publish and interpret the contextual data and stratified artifacts of a suburban construction of the Roman town of *Olisipo* (Lisboa). The site was situated on the right bank of «Esteiro da Baixa», a water course of downtown Lisbon. Therefore, the significance of the roman constructions is discussed referring to the water course's importance and significance towards local Roman urbanistic of the area.

A reflection on late 3d to 4th centuries A.D. abandonment of the suburban settlement is also performed, referring to the transformations performed in the town in this transitional period.

1. Introdução

O desenvolvimento de uma intervenção preventiva na Baixa de Lisboa, dirigida por um dos autores (A.V.), conduziu ao aparecimento de significativas estruturas romanas e respectivos contextos associados no prédio com os n.ºs 133-145 da Rua do Ouro (Fig.1). Trata-se de matéria relevante, pelo impacto que encerra nas leituras do urbanismo de *Olisipo*, o que justifica esta apresentação.

Não constituindo a presença romana naquela zona da cidade uma surpreendente novidade, a existência de ocupação na margem direita do antigo Esteiro da Baixa, junto ao sopé da colina oriental do Chiado/São Francisco, vinha já sendo intuída e/ou equacionada a partir de achados dispersos, muitas vezes verificados em circunstâncias pouco esclarecedoras.

Assim aconteceu numa acção de emergência dirigida por Dias Diogo em 1990, na esquina entre as ruas do Crucifixo e de São Nicolau, onde a escavação para um poço de elevador levou à recolha de diversos fragmentos anfóricos, a que se não conseguiu esclarecer o contexto de proveniência respectivo. Do mesmo modo, no n.º 197 da Rua do Ouro, em 2002, numa outra intervenção dirigida desta feita por António Marques e Lídia Fernandes, se reco-

lhera outro pequeno conjunto de materiais cerâmicos romanos de Época Imperial, ocorrido num contexto a que foi atribuída cronologia já medieva (Fernandes e Marques, 2003; dados complementados oralmente por António Marques, a quem se agradece a autorização para a divulgação do dado). Por fim, em 2012, no Largo da Boa Hora, os trabalhos executados no terreno por Alexandra Krus e Márcio Martingil detectaram os restos de um compartimento rectangular isolado, de modesta arquitectura e exígua área, a que se associavam materiais cerâmicos de bem ampla e distinta cronologia romana, cobrindo desde o Período Republicano ao Baixo Império (informação oral dos próprios, agradecendo-se aqui a sua autorização para a divulgação).

Aos dados referidos acima talvez se deva aduzir igualmente a epígrafe funerária referida em sucessivas ocasiões pelos antiquaristas a partir dos inícios de seiscentos (Silva, 1945), hoje perdida, que se encontrava, já em 1601, encastrada na fachada meridional do Palácio dos Duques de Bragança, na zona actual da Rua Victor Córdon. A menção explícita a estar inscrita num “troço de coluna” sugere tratar-se de uma *cupa*, morfologia de monumento pétreo comum nos ambientes rurais olisiponenses, mas que para já parece permanecer ausente da epigrafia funerária urbana de *Olisipo*. A tipologia provável do monumento epigrafado impõe a devida reflexão sobre o elemento, bem como sobre o carácter da ocupação que lhe poderá ter correspondido no período romano.

Neste sentido, o contributo mais relevante dos resultados dos trabalhos conduzidos na Rua do Ouro n.ºs 133-145, que agora se divulgam, é o de comprovar, de modo categórico, a ocupação pelos subúrbios ocidentais da cidade de *Olisipo* de espaços situados na margem direita do antigo Esteiro da Baixa em Época Romana Imperial, e o de alguma forma contribuir para o esclarecimento da paleotopografia desta zona. FIG. 1

2. O espaço identificado e os elementos de cronologia romana detectados

O conjunto de elementos de Época Romana que agora se divulga foi detectado em 2014 em duas áreas distintas de um edifício de traça pombalina, todavia sujeito a profundas alterações posteriores que lhe modificaram em muito a sua arquitectura original do interior. A intervenção incidiu quer ao nível do piso térreo (Piso 0), quer num espaço de cave (piso -1), localizada no vértice NO do prédio, junto ao tardóz. O trabalho arqueológico visava a minimização dos impactes patrimoniais negativos decorrentes da adaptação do espaço a mais um estabelecimento hoteleiro da Baixa Pombalina de Lisboa.

Sujeita às condicionantes impostas pelo projecto de arquitectura e de engenharia de estruturas, a intervenção procurou minimizar os impactes das acções urbanísticas ao nível do subsolo. As unidades de área escavadas equivaleram, por consequência, a espaços limitados e dispersos (Fig.2), estando as cotas de afectação estrangidas às necessidades de obra. Este tipo de estrangimentos impediu, por consequência, o esclarecimento cabal dos conjuntos das realidades presentes no registo arqueológico contido no espaço.

Os trabalhos decorreram com o apoio do dono de obra e do empreiteiro e em articulação estreita com projectista, o «atelier» Rui Mó Rebelo-Arquitectos Lda., beneficiando da fiscalização permanente da D.G.P.C. Deve, a este propósito, destacar-se o espírito de boa colaboração estabelecido entre as várias entidades, factor que permitiu efectuar o alargamento da área inicialmente prevista no piso -1 e encontrar a solução menos danosa para o património cultural colocado em causa pelo projecto. Obviamente que, por as referidas soluções terem sido resultantes de processos de cariz negocial, algumas questões de índole científica ficaram,



Figura 1
Localização do
edifício da Rua do
Ouro n.º 133-145.

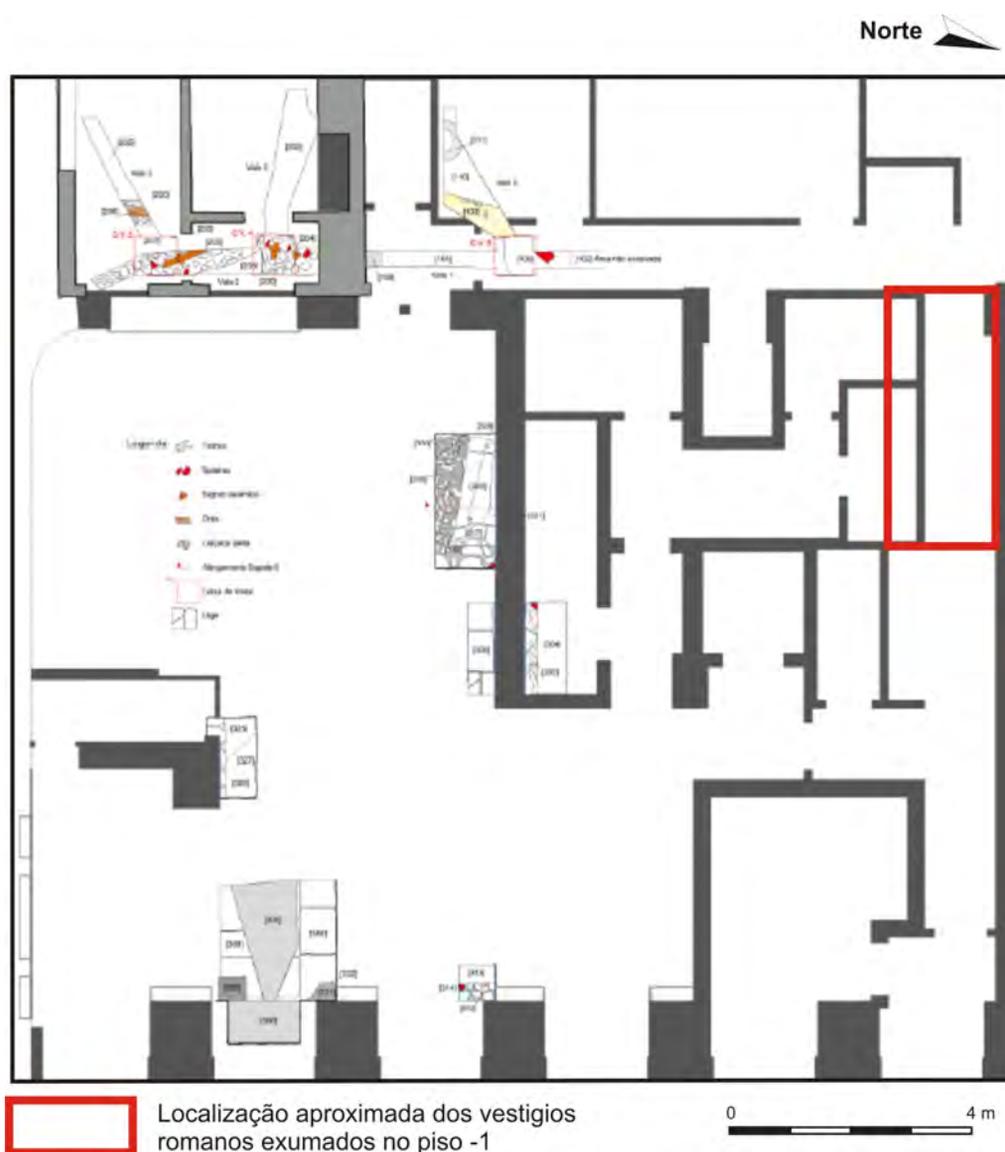


Figura 2
Planta da escavação arqueológica da Rua do Ouro n.º 133-145 ao nível do Piso 0 (térreo), com indicação da zona escavada no Piso -1 (cave), onde se identificaram os contextos romanos (base Valongo 2015, modificada).

inexoravelmente, por esclarecer. Ainda assim, e como resultado final, dever-se-á enfatizar ter-se conseguido a criação de uma pequena zona expositiva no interior do novo «The 7 Hotel», um pequeno marco da rica memória que o local insuspeitamente encerrava.

Em termos metodológicos, as escavações foram executadas procurando-se a desmontagem sucessiva das unidades estratigráficas pela ordem inversa à da sua formação, por conseguinte seguindo os enunciados de Barker-Harris, mas com a aludida desmontagem constrangida à opção de execução de planos horizontais pré-definidos equivalentes às cotas de afectação, neste particular seguindo os pressupostos da escavação “por complexos” ou “planos artificiais” (Harris, 1991). **FIG. 2**

2.1. Piso 0 (piso térreo)

Na U.E. [333], na área do futuro “posto de transformação”, identificou-se uma formação oitocentista, interpretada como equivalente a um provável aterro de regularização relacionado com a vida do edifício pombalino, havendo a destacar-se a presença nela de diversa cerâmica de cronologia variada, predominantemente das Épocas Moderna e Contemporânea (sécs. XVII a XIX).

Entre os elementos identificados nesta U.E, há a destacar a recolha no plano 3 de um fragmento de bordo anfórico do tipo Dressel 14 em fabrico lusitano (Fig. 7, n.º 1). Tratar-se-á, com muita probabilidade, de elemento remobilizado dos níveis mais profundos aquando da abertura dos caboucos para o prédio, e depois de novo transportado e “embalado” na unidade oitocentista onde foi encontrado.

2.2. Piso -1 (cave)

O espaço aqui reconhecido revelou uma complexa riqueza informativa, todavia apresentando uma dinâmica de leitura difícil, muito por força da exiguidade das áreas escavadas e das diversas afectações sofridas até à Época Contemporânea.

De facto, num limitado espaço que não atingiu os 12 m² foram identificadas variadas estruturas de cronologia romana: um muro, com uma ara adossada, um tanque, um embasamento maciço, um aglomerado de pedras anexo a este e um outro em tijolo, junto ao precedente (Fig.3). No seu todo estas estruturas compunham um “patchwork” construtivo com alguma dinâmica no passado, tendo sido impossível esclarecer, de forma categórica, a funcionalidade(s) efectiva(s) detida(s) então pelos espaços no período Imperial Romano.

2.2.a. Afectações da potência romana por acções posteriores.

2.2.a.1. Afectações de cronologia setecentista e contemporânea (séc. XIX e meados do séc. XX)

Deverá recordar-se que a escavação arqueológica se desenrolou no interior de uma cave aberta nas décadas centrais do séc. XX, implementada no subsolo de um edifício pombalino.

Esta acção, como numerosas outras executadas ao tempo em Lisboa, foi desprovida de qualquer acto arqueológico, não tendo restado memória alguma acerca das materialidades que decerto se sobrepunham aos contextos romanos identificados, e respectivas sequências então desmanteladas. Este aspecto não é de somenos ressaltar, pois os espaços romanos detectados mais a norte, para além de interceptados pelos muros dos alicerces de fundação e travamento setecentistas, foram bastante afectados no século XX pela abertura da cave, tendo deles restado, sobretudo, as estruturas situadas abaixo das cotas de circulação originais do piso -1 e muito pouco das estratigrafias que sobre os pavimentos originais romanos se terão formado após a sua desactivação.

Data, portanto, do século XX o depósito [10], resultante dos trabalhos de regularização do subsolo destinados ao assentamento do pavimento contemporâneo em mosaico hidráulico [1] e dos enrocamentos [2] e [3] nos quais se apoiava.

Em [10] se recolheram cerâmicas predominantemente romanas, muito fragmentárias, pontuando um exemplar de parede do fundo de Cerâmica Africana de Cozinha (não ilustrado- adiante n.i.), um outro fragmento conservando o arranque de asa e porção do colo de ânfora de Cós, produção do Mar Egeu enquadrável genericamente nos séculos I a.C.-I d.C. (Fig. 7, n.º 2) (Bezeczky, 2013), mais uma porção de asa de ânfora norte-africana de tipo indeterminável (Fig. 7, n.º 3), com uma pasta característica dos fabricos de Salakta, na região Centro da Tunísia (Bonifay, 2004). A par destes fragmentos anfóricos foi colectada também a parte inferior muito fragmentada de um arranque de asa atribuível ao

tipo tagano/sadino Lusitana 3 (Fig. 7, n.º 4), morfologia atribuída aos séculos II e III d.C. (Fabião, 2005).

A par destas cerâmicas foram também identificadas produções locais regionais em cerâmica comum romana, nomeadamente um lábio de bacia (Fig. 7, n.º 5), um bordo de tigela (Est. 2, n.º 6), um outro de testo (Fig. 7, n.º 7), um fundo de pote/panela ou tacho (Fig. 2, n.º 8) e a zona de arranque de colo de jarro ou bilha (não ilustrado).

No segmento escavado mais a norte, identificou-se o corte provocado pela vala de fundação pombalina, o interface [36], destinado a receber os alicerces setecentistas [9] e [15], sendo a vala preenchida por [06]. Neste âmbito estratigráfico de revolvimento moderno, a U.E. [06] revelou um fragmento de fundo com pé de pucarinho da Baixa Idade Média (n.i.), um outro de tampa em cerâmica comum local/regional (n.i.), romana, e um pequeno fragmento de cálice de corpo hemisférico em *terra sigillata*, decorado a molde, em fabrico de modo itálico (Fig. 7, n.º 9).

2.2.a.2. Afectações da potência romana por acções de cronologia medieval muçulmana (séc. XI)

As afectações da potência romana remontam a período bem anterior ao da instalação da cave moderna e do edifício setecentista. Assim, a U.E. [18] equivale ao remanescente reconhecido de uma estrutura negativa de configuração circular ou de tendência ovalada, apenas parcialmente reconhecida e conservada, que cortou a estratigrafia anterior, romana.

O seu enchimento [19] apresentava-se como um sedimento arenoso cinzento muito escuro, de grão fino e medianamente solto, contendo cerâmica comum, de construção, pedras de pequeno calibre, ossos, conchas, alguns nódulos de argilas amarelas e outras rubefactas, como grande concentração de nódulos de carvão.

A cerâmica associada neste contexto [19] correspondia, na maioria, a um significativo conjunto de cerâmica de cronologia medieval muçulmana, onde se destacavam gramáticas decorativas pintadas a branco de três traços produzidos a cal acompanhando panelas ainda de perfil “em S”, elementos sugestivos de uma datação em torno do séc. XI (Valongo, 2015: 9). A configuração da estrutura sugere tratar-se de silo ou fossa detritica.

A este propósito, e comprovando a afectação antiga dos níveis romanos, entre o material “embalado” em [19], destacavam-se exemplares romanos de significativa cronologia. Neste âmbito, há que sublinhar a presença de dois vasos em TSCAf C e de um outro em D: um bordo mostrando aplicação decorada de arbusto integrável no tipo Atlante 28, forma que se aproxima das morfologias Hayes 54.1 e 51B, possuindo como paralelo exacto mais próximo para o elemento decorativo um vaso completo deste último tipo publicado por Maria Maia, colectado em estratigrafia em Tróia, onde a peça, também de aba recortada, apresentava, para além do arbusto, um ónagro (Maia, 1974-77: 378, n.º 10) (Fig. 8, n.º 12); o conjunto de 8 fragmentos com colagem que permitem a reconstituição de uma porção de um prato conservando o perfil quase completo, do tipo Hayes 50A/B (Fig. 8, n.º 10); ao fabrico D pertence um pequeno fragmento de bordo classificável no tipo Hayes 59, sendo impossível discernir se das variantes A ou B (Fig. 8, n.º 11).

Genericamente os três elementos de data romana citados enquadram-se num espectro limitado, situável entre a segunda metade do séc.III e os meados do séc.IV d.C., com o fragmento em produção D de *terra sigillata* clara africana a mostrar um mais longo espectro, muito embora com uma incidência notória em contextos dos primeiros anos aos anos centrais do séc. IV d.C. (Hayes, 1972: 99).

uma argamassa de cal com areia, consistente, homogénea e de coloração amarelada clara, com picos de cal observáveis a olho nu e numerosos outros inertes pequenos, sobretudo calcários e quartzíticos. Com 58 cm de espessura e cerca de 110 cm de altura máxima preservada, foi reconhecido ao longo de um pouco mais de 5 m de extensão, não se tendo descortinado as suas extremidades, o que é o mesmo que dizer que se desconhecem os outros muros que necessariamente articulariam distintos ambientes, quer a norte quer a sul.

Ambos os paramentos de [11] ([12], a norte, e [50], a sul) ostentavam vestígios em mau estado de conservação de uma preparação de reboco onde pontualmente assentava ainda estuque branco, pressupõe-se que originalmente pintado a fresco. Na face a norte, aliás, notava-se de forma evidente um segmento de utilização de fragmentos de *imbrex* para assentamento do reboco de preparação, empregue para receber a mencionada pintura mural.

A sustentar a interpretação do desaparecimento do pigmento, foram recolhidos em processo de escavação diversos pequenos elementos de fresco aderente à mesma preparação em distintos depósitos, para além de um número não contabilizado de fragmentos da dita preparação. Infelizmente, nenhuma das amostras colectadas conservando cor permitia descortinar a composição da gramática decorativa, e as mesmas cromáticas ocorreram a norte e a sul do muro, não se podendo, por consequência, adscrever qualquer delas em particular a qualquer um dos paramentos de [11] (ver *infra*, Tabela 1). Seja como for, o emprego no local deste tipo de elemento decorativo denota tratar-se de um edifício que encerrava alguma qualidade arquitectónica.

Neste sentido, há a reportar a recolha dos seguintes fragmentos de decoração mural:

Tabela 1 Distribuição das recolhas de restos de pintura mural romana pelos depósitos.

CÔR U.E.	[20]	[27]	[35]	[38]	[40]	[41]	[44]	[48]	TOTAL
Branco	3	4	1	1	1	8	5	2	24
Vermelho sanguíneo	1	1	1	-	1	2	1	-	7
Branco e vermelho sanguíneo	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Branco com filete amarelo torrado	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Castanho com filete amarelo torrado	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Total	4	5	3	2	2	10	6	2	34

Altamente significativo neste muro [11] era um entaipamento ([22]) de um vão prévio, sensivelmente na zona mediana do troço reconhecido, bem patente no paramento sul. Este entaipamento selou o vão que estabelecia a comunicação entre os ambientes a “norte” e a “sul” da estrutura, e foi realizado com uma alvenaria de ligante similar à do restante muro, com a diferença marcada, porém, de que empregou variados elementos laterícios fragmentados justapostos e argamassados, sobretudo presentes na zona da ombreira interna SO onde se dispunham a toda o alçado preservado, por certo melhor se ajustarem ao objectivo da acção e à zona específica onde foram colocados. Noutra sentença, este entaipamento [22] mostrava os vestígios do mesmo tipo de paramento já antes mencionado, sendo portanto anterior a este e solidário com um determinado momento da vida a uso do muro [11] e dos dois ambientes por ele delimitados.

Esta anulação do vão de comunicação é um elemento-chave para a compreensão da dinâmica sofrida pelo espaço, dado que a selagem implicou a criação de dois ambientes situados

a cotas bem diferenciadas: a zona para sul, que foi desta forma compartimentada pelo fechamento do vão no muro, era dotada de um piso situado sensivelmente à mesma altura que se supõe para a soleira do vão original; ao invés, a zona gerada a norte iria possuir, a partir de um momento indeterminado, um novo piso de circulação, mais do que provavelmente obliterado pela abertura da cave no séc. XX, mas que de qualquer das formas se situaria forçosamente bastante mais acima do piso do ambiente a sul, 60 cm pelo menos, dado a essa cota se ter identificado o pavimento do fundo de um tanque forrado a *opus signinum* ([37]), bem como, ao lado deste, um maciço em alvenaria paralelepípedo ([14]) com o topo situado a cota similar.

O compartimento a sul encerraria uma funcionalidade que se desconhece, e do piso de circulação sobreviveram somente vestígios: no paramento murário notavam-se ténues marcas da sua presença, e numa área central da sondagem arqueológica haviam sobrevivido *in situ* restos de argamassa esbranquiçada em duas zonas ([46] = [47]), provável preparação para o seu assentamento.

Parecendo conformar um ambiente de alguma amplitude espacial, desconhece-se com rigor a funcionalidade deste ambiente sul. Contudo, um elemento aí presente provava, de forma assaz contundente, ter pelo menos encerrado um âmbito de alguma forma sacralizado, pois aí se exumou uma ara edificada em alvenaria de pedra e tijolo ([42]), rebocada e estucada como o restante da parede à qual encostava, sendo aliás solidária com o revestimento do paramento mural [50].

A ara [42] foi encontrada completa, com toros, frontão, *foculus*, fuste e base toscamente moldurada, notando-se ainda no topo marcas de fogo evidentes, resultantes das práticas rituais que ali tiveram lugar em Época Romana (Fig.3 e Foto 1). Infelizmente, se epigrafia possuiu, seria pintada, e sequer vestígios seus eram rastreáveis a olho nu. Construída com a

Fotografia 1
A ara [42] (vista de este).



base colocada ao nível do solo original, apresentava 69 cm de altura máxima, por 29,4 cm de largura máxima e 34,7 cm de profundidade máxima, e ao nível da base eram visíveis rebarbas de argamassa que marcavam também a cota do piso com a qual se articulava e que, como vimos antes, estava já desaparecido. FOTO 1

O ambiente a norte do muro [11] revelou, basicamente, dois conjuntos estruturais mais relevantes: o fundo [37] e o arranque de duas das paredes laterais ([7]) de um tanque quadrilátero forrado a *opus signinum* ([8 e 37]), dotado das meias-canais no fundo e nos dois vértices das esquinas subsistentes; um maciço paralelepípedo de planta tendencialmente quadrangular ([14]), a que encostavam dois muretes sucessivos: [51] em pedra-seca e [52] em tijolo fragmentado (Foto 2). Todos os conjuntos citados encostavam pela face norte ao muro [11], e a cota a que foram encontrados implica, como se viu antes, que a sua erecção tenha ocorrido com posteridade ao fecho de vão ([22]) do referido muro [11], ocultando o paramento original que se lhe sobrepôs ([12]): este facto torna-se evidente porquanto o articulado do maciço-muretes tapa em parte o próprio local do vão.

A leitura do tanque [7]+[8]+[37] que, como se disse antes, se supõe ter sido de planta quadrilátera, mais não pode do que sugerir tratar-se de uma estrutura hidráulica, sendo aliciante entrever nela um elemento aquático de decoração arquitectónica do ambiente.

Já o maciço paralelepipedico [14] foi instalado num momento anterior ao da construção do tanque [7]+[8]+[37], porquanto não só o murete lateral oriental [7] lhe encosta, como se nota o arranque da estrutura também em laterício argamassado que o envolveria de igual modo pelo seu lado setentrional (vide Fig.3 e Foto 2). Este sólido maciço paralelepipedico [14], pelos vistos envolvido pelo murete [7] a oeste e norte, sugere tratar-se de embasamento destinado a elemento decorativo e/ou epigráfico e/ou hidráulico, muito possivelmente articulado com o tanque citado. Esta leitura não representa porém a única possibilidade, não se podendo descartar na totalidade a hipótese de se ter destinado a suporte de coluna ou pilar: porém, a muito curta distância em relação ao muro [11], ao qual encosta, parece apontar noutro sentido.

A este do embasamento [14] foram reveladas duas outras estruturas: [51], um conjunto de sedimentos e pedras dispostas a seco, encastradas umas nas outras e intercaladas com sedimento argiloso, e [52], uma construção argamassada de fragmentos de *later*, do qual se reconheceram três fiadas distintas, que limitava a unidade anterior. É de notar que ambos são sucessivos no tempo, e o carácter manifestamente “precário” que apresentavam pode significar tão-somente que equivalem a elementos utilizados para a contenção de terra na fase de entulhamento destinado ao alteamento do piso. Na realidade, não existe qualquer elemento detectado no local sugestivo de que [51] e [52] equivaleram a acções de “*squatering*” ali praticado em período tardio, e a este propósito convém sublinhar a tendência horizontalizada e a própria articulação da sequência dos depósitos [33], [35] e [38], significativamente de encosto (Fig. 5). No mesmo sentido concorre a presença de depósitos [34] e [39], intercalando a sequência [33], [35] e [38], pela sua morfologia fina e lenticular (Idem). Por consequência, afigura-se-nos como mais provável [51] e [52] tratarem-se do resultado directo das acções de alteamento do piso e da colocação do maciço de alvenaria, por forma a colmatar e, sobretudo, consolidar e estabilizar a estrutura negativa previamente executada nos depósitos aí colocados para a instalação de [14].

Em síntese, temos portanto no local da Rua do Ouro n.º 133-145 representados três dos momentos de vida das estruturas (vide esquema interpretativo da Fig. 4):

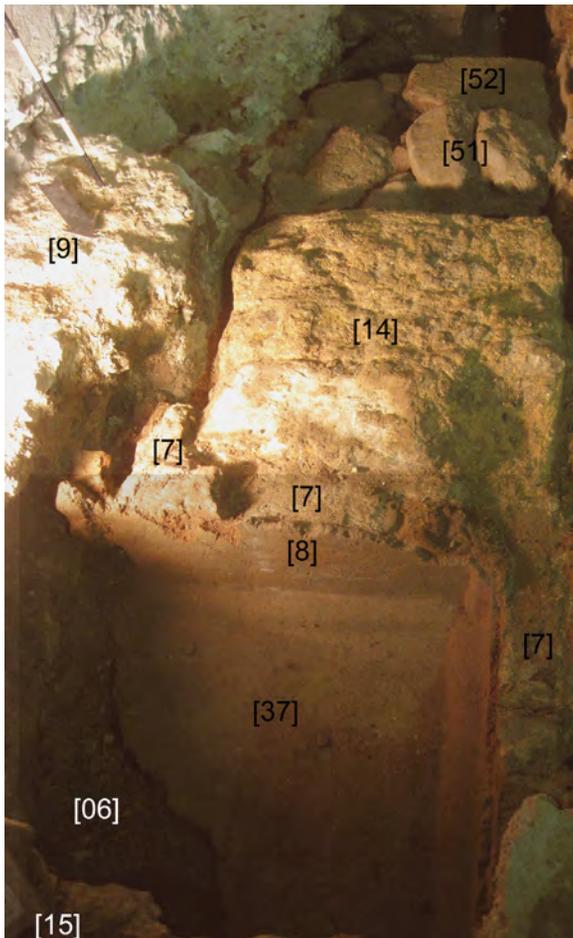
A. Momento equivalente à vida a uso do muro [11] com cotas de circulação a norte equivalentes às do ambiente a sul, e um vão de comunicação entre ambos, com a ara [42] a uso;

B. Momento em que o vão de [11] é entaipado com a acção estrutural de entaipamento [22], ocorrendo o revestimento correspondente aos paramentos de [11] ([12] e [50]), recobrindo a ara [42] no lado sul;

C. Momento em que diversas acções são praticadas no ambiente a norte de [11], implicando a instalação de um tanque hidráulico ([7], [8] e [37]), do embasamento [14], implicando com probabilidade a criação de [51] e [52] e a formação dos depósitos [33], [34], [35], [38] e [39]; FOTO 2

Fotografia 2

Vista de oeste para este das estruturas romanas ([7], [37], [8], [14],[51] e [52]) que compõe o ambiente a norte do muro [11] e afectações setecentistas ([15], [6], [9]).



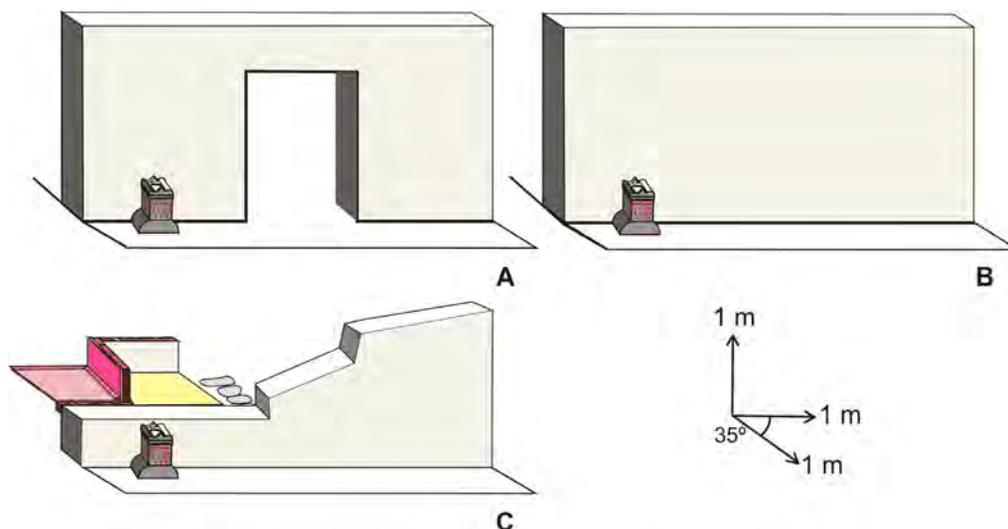


Figura 4
Leitura dos momentos
da dinâmica
construtiva romana
patenteados na Rua
do Ouro n.º 133.

À laia de comentário de índole cronológico, e procurando fixar as datações das estruturas no tempo, quer o depósito [48] como a preparação de pavimento [46] e [47], unidades que se lhe sobrepunham, podem equivaler quer ao momento A, quer terem resultado das modificações introduzidas no momento B. De qualquer das formas, as amostras colectadas em [48] revelaram-se por demais insuficientes, resumindo-se a um fundo de pote/panela em fabrico regional (Fig. 13, n.º 100), o que não autoriza qualquer adscrição a uma data precisa dentro do período Imperial Romano.

Já para o momento C, etapa mais tardia da vida a uso das estruturas, dispomos dos depósitos [33], [34], [35], [38] e [39], seguramente aqui integráveis, com probabilidade resultantes das remodelações operadas com vista (ou como consequência da) instalação da estrutura laterícia [52], correlacionável com a erecção do embasamento [14]. FIG. 4

Do conjunto dos cinco depósitos mencionados, somente [33] proporcionou a recolha de cerâmicas classificáveis. Nesta U.E. os “elementos datantes” correspondiam a um fundo de prato em fabrico A2 de *terra sigillata* clara africana, infelizmente de tipologia não identificável (Fig. 15, n.º 117), um bordo muito rolado de ânfora Dressel 7/11 num fabrico da Bética Costeira (Fig. 15, n.º 121), uma asa de ânfora com a mesma origem (Fig. 15, n.º 120), atribuível a qualquer das variantes A ou B do tipo Beltrán II (mais provavelmente a primeira) e um pequeno fragmento da base anelar de uma ânfora provavelmente regional do tipo Lusitana 3 (Fig. 15, n.º 122). Dois pequenos fragmentos de lucerna, uma de origem africana (Fig. 15, n.º 118) e outra bética (Fig. 15, n.º 119), como variados exemplares de cerâmica comum regional, designadamente dois bordos de jarro de boca trilobada (Fig. 16, n.ºs 125 e 126), um fundo em forma de pé anelar de vasilha inclassificável (Fig. 16, n.º 127), um bordo (Fig. 16, n.º 128) e um fundo (Est. 16, n.º 134) de tachos, cinco bordos de pote/panela (Est. 11, n.ºs 129-133) e um outro ostentando um fabrico cuidado e delicados ornatos brunidos (com uma pasta que denuncia origem forânea = Est. 15, n.º 123), completavam a amostragem identificável da U.E. [33].

No seu todo, os elementos não são suficientemente esclarecedores para definir uma proposta de cronologia fina. Ainda assim, a presença do exemplar de *terra sigillata* africana, que pode ser concordante com o perfil cronológico dos fragmentos de lucerna, remete o conjunto de acções de remodelação do espaço a que nos referimos como «momento C» para um período contemporâneo ou posterior ao séc. II d.C. FIGS. 5 E 6

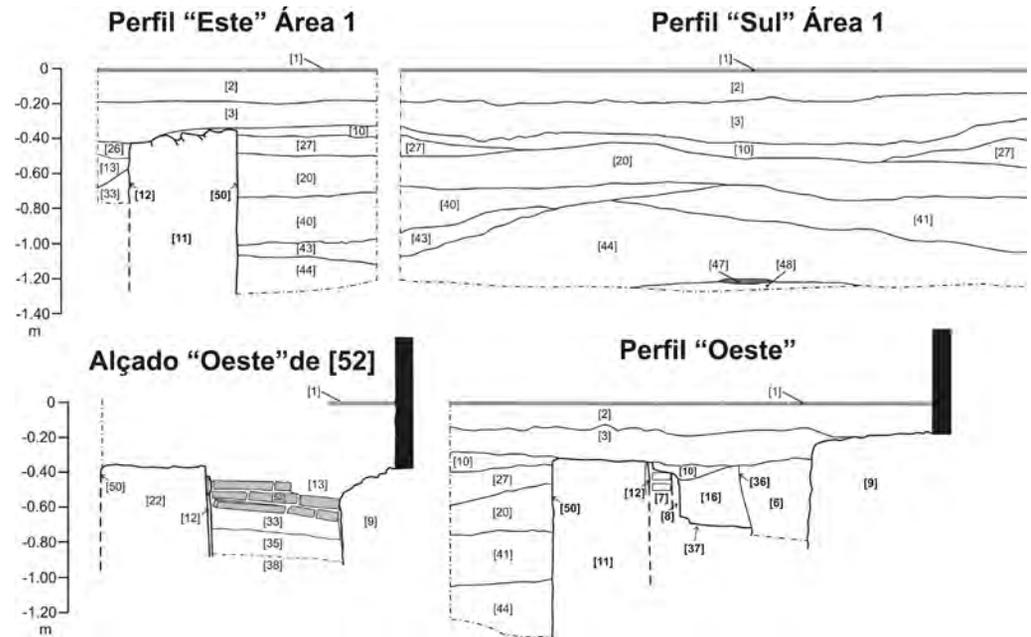


Figura 5
Perfis estratigráficos
da Rua do Ouro
n.º 133.

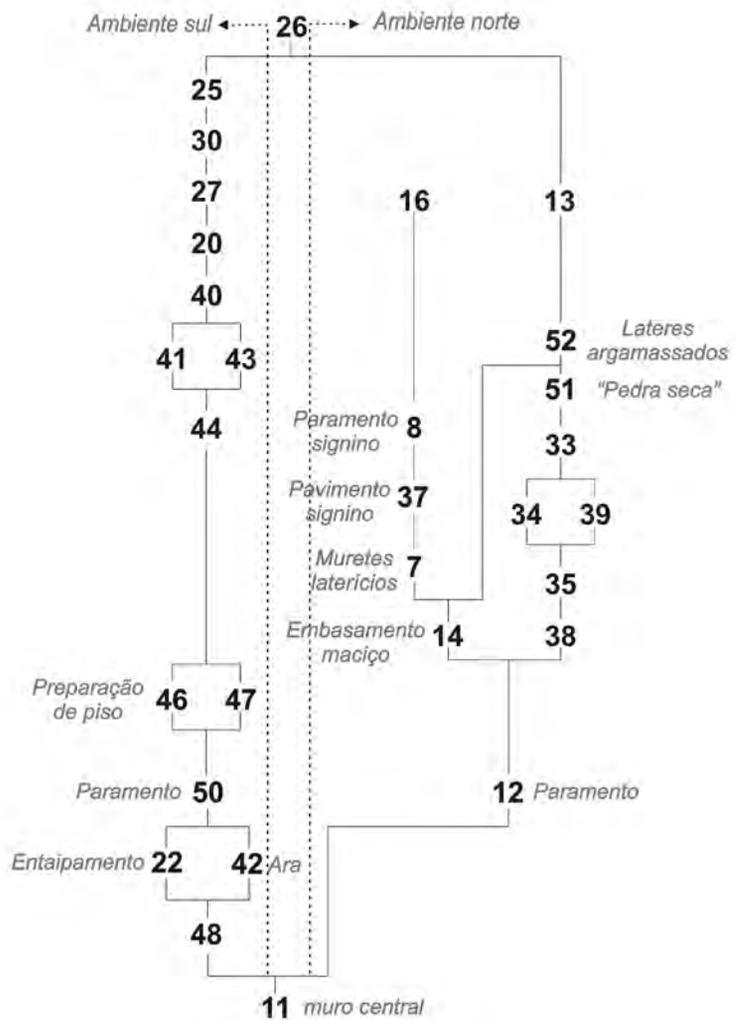


Figura 6
Matriz de Harris do
ponto arqueológico
de Lisboa Rua do
Ouro n.ºs 133-145
(apenas contextos de
cronologia romana).

2.2.b.2. As dinâmicas de reforma e do abandono e colmatação dos ambientes situados a norte e a sul do muro [11]

Na realidade, aquilo que o registo arqueológico do local mostrou com mais exuberância foram os momentos de abandono dos dois ambientes, úteis na medida em que definem momentos *ante quem* para as dinâmicas antes expostas. Deverá, neste particular, enfatizar-se a necessidade de tratar de forma diferenciada os ambientes a norte e a sul de [11], pois nada nos garante *a priori* o abandono e desfuncionalização simultânea de ambos os espaços.

No ambiente a norte de [11], o tanque [7]+[8]+[37] fôra preenchido até ao máximo conservado das suas laterais pelo depósito [16], já inserido na etapa de abandono das estruturas, que convencionámos designar por «momento D». Indo ser apreciados adiante os contornos cronológicos do conjunto cerâmico com estas cronologias, importa destacar, desde já, o menor grau de fragmentariedade da maioria das espécies colhidas em [16], o que decerto encerra significado quanto aos processos de formação do depósito, sugestivos de um enchimento do tanque ocorrido de forma relativamente rápida.

Neste mesmo ambiente espacial situado mais a norte, e assentando sobre o maciço [14], sobre [51] e [52], cobrindo os depósitos [33], [35] e [38], e encostando até ao topo preservado do paramento [50] do muro [11], surgiu o depósito [13], por seu turno afectado na parte superior pelas acções das obras de meados do séc. XX que geraram o depósito [10]. Como [16], [13] integra já o «momento D».

No ambiente a sul, o depósito [48], como os restos de argamassa interpretados como de preparação para receber pavimento ([46] e [47], que se sobrepunham a [48]), foram no seu conjunto rompidos e, sobre esta afectação foi depositada a U.E. [44]. Refira-se que, por seu turno, [44] encostava também ao paramento [50] do muro [11], como à ara [42]. A configuração deste depósito [44], com nítida sobre-elevação na sua zona mesial, indicia uma deposição efectuada por transporte para o local.

Sobre [44] assentavam fisicamente [43], [41] e [40], estando esta última unidade parcialmente sobreposta à anterior. Parece sintomático que [43] corresponda a uma concentração de fragmentos de *imbrices*, e que a ocorrência deste material construtivo, ou de qualquer outra olaria de construção, seja escassa nos restantes depósitos do ambiente a sul de [11]. Sem que os dados se revistam da necessária solidez, [43] pode traduzir o momento de colapso de cobertura, quando o abandono do espaço já era efectivo, e implicando que a área do ambiente a sul de [11] seria só parcialmente coberta. Outras explicações são, todavia, de igual modo possíveis, se se admitir que [43] se formou por transporte ou selecção (triagem) feita por mão humana.

Sobre os depósitos mencionados assentaram depois, e sucessivamente, [25], [26], [27] e [29]. Por fim, sob esta sequência se revelou o depósito [20] que, ao contrário dos antes citados, se dispunha sobre todo o ambiente a sul de [11], encostando ao paramento [50], topo da ara [42], e cobrindo os depósitos [40] e [41].

A análise dos artefactos exumados nas estratigrafias assume, por consequência, uma importância fulcral, para se avaliar das cronologias dos depósitos e, a partir daqui, tentar situar a dinâmica do espaço no «momento D», fixando deste modo quer as datações das etapas de abandono, quer, por oposição, a cronologia *ante quem* da utilização dos espaços.

Assim sendo, e recordando o que já referimos antes, a contrastação dos dados proporcionados pelos depósitos que encostavam a norte ao muro [11] demonstram encerrar

uma plausível compatibilidade de cronologias, podendo aceitar-se deste modo que as reformas últimas dos espaços situados a norte e a sul da estrutura tiveram lugar em momentos imprecisos dentro do século II d.C. ou após situados logo após este. FIGS. 7 E 8

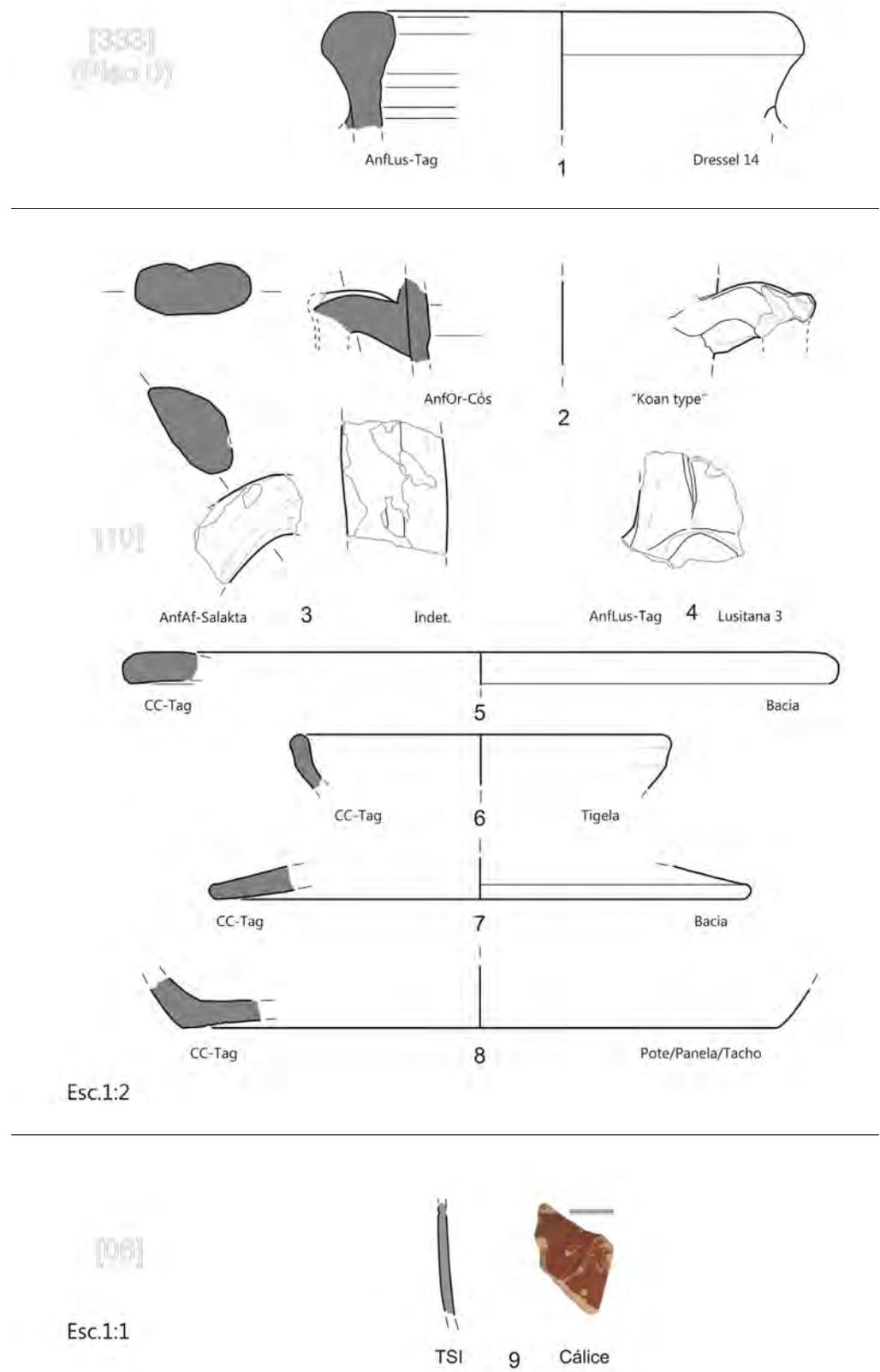


Figura 7
 Cerâmicas romanas recolhidas em contextos de revolvimento setecentista [06], oitocentista [333] e novecentista [10].

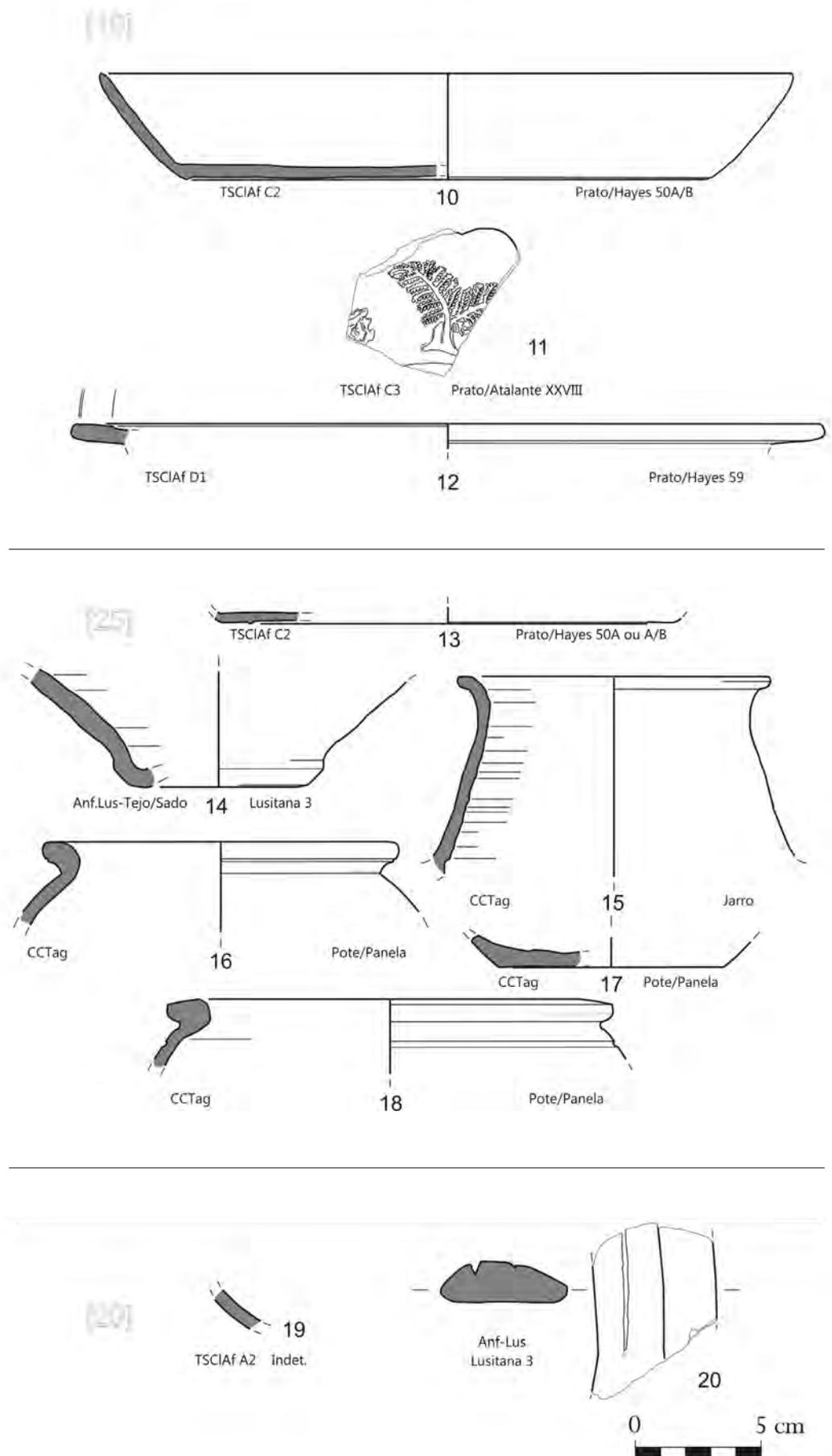


Figura 8
 Cerâmicas romanas
 recolhidas em
 contextos de
 revolvimento
 medieval muçulmano
 [19] e dos últimas
 etapas de colmatção
 do momento D [25]
 e [29].

O depósito [16] que colmata o tanque forrado a *opus signinum*, e que se apresenta com segurança como a unidade de mais recuada data dentro do «momento D», proporcionou a recolha de dois exemplares em *terra sigillata* clara C2 da forma Hayes 50A/B, conjuntamente com um fragmento de prato côvo em fabrico A de tipologia indeterminável, a par de um pequeno conjunto de cerâmica comum de origem regional e uma asa de jarro ou bilha de origem bética.

Atendendo especial utilidade da *sigillata* africana para a aferição cronológica, deverá enfatizar-se aqui quer a constatação da convivência dos fabricos A e C, quer os indicadores proporcionados pelas balizas temporais da produção da forma Hayes 50A/B, situadas entre o último terço do séc. III e as primeiras décadas do séc. IV d.C. (Hayes 1972: 69-73). As formas regionais aqui atestadas, onde pontuam os característicos púcaros (que também pode surgir referidos na bibliografia também como “copos” e/ou “potinhos” – Cf. Nolen, 1985; Santos, 2010), detêm bons paralelos nas produções regionais de olarias como as do Porto do Sabugueiro (Benavente) e Quinta do Rouxinol (Seixal), como na necrópole do primeiro citado (Santos, 2010) ou em diversos sepultamentos de há muito publicados da Praça da Figueira (Lisboa - Moita, 1968), em todo o caso bem representados nos respectivos contextos respectivos de meados do séc. III d.C. aos meados do seguinte, por consequência concordantes com o perfil cronológico delineado pela *sigillata*.

Carácter similar apresenta a unidade estratigráfica de abandono/colmatação a norte do muro que se sobrepõe aos níveis e estruturas anteriores, [13], que revelou alguma cerâmica comum regional exclusiva e dois bordos anfóricos, um do tipo Dressel 14 lusitano e outro do contentor vínico Lusitana 3, morfologias conviventes nos séculos II a III d.C. Deverá destacar-se, no ambiente a norte do muro [11], a ausência de outros elementos vasculares de segura data mais antiga.

Muito mais rica, porventura porque muito mais potente, a panóplia dos níveis de abandono e colmatação do ambiente a norte do muro revelou um predomínio claro da cerâmica comum regional, algum material anfórico, *terra sigillata*, vidro e lucernas, com ocasionais ocorrências de «cerâmica de paredes finas» (“de modo itálico” - 2 NMI), «cerâmica do tipo Peñaflores» (1 NMI - Mart. III) e de «cerâmica de verniz vermelho pompeiano» (1 NMI).

Múltiplas observações merecem os materiais colectados nos contextos de abandono e colmatação do ambiente a sul do muro [11] (Figs. 10 a 13).

Em primeiro lugar, e no âmbito estrito da *terra sigillata*, os fabricos africanos são claramente dominantes, com a africana A a fazer-se representar por 15 fragmentos, equivalentes a somente 6 NMI, atestando-se as morfologias Hayes 14B (1 NMI), 15 (1 NMI) e 16 (2 NMI), representação seguida dos fabricos em africana C, que se manifestam apenas através de 4 fragmentos equivalentes a 3 NMI, com a forma Hayes 50A/B a ser a única seguramente classificável. Considerando as balizas cronológicas para os diversos tipos presentes, mas também a associação de produções em C com as cognominadas por Michel Bonifay “A’s tardias” (Bonifay, 2004: 157 e ss.), assomam como mais plausíveis para o conjunto as datas situadas no último terço do séc. III - primeiras décadas do séc. IV.

As produções de africana D estão representadas por um único indivíduo Hayes 58B, surgido num dos depósitos situados a cota mais elevada, [27], dado que poderá traduzir o ritmo gradual da acumulação detritica que cobriu o espaço ainda em época romana e ao longo de um lapso de tempo aparentemente não muito prolongado. Ainda assim, e *a contrario sensu*, este último elemento pode ainda enquadrar-se bem no espectro geral antes definido, pois os inícios da produção do tipo supõe-se que tenham ocorrido cerca de 290/300 d.C. (Hayes, 1972: 96).

Ao contrário do verificado a norte do muro [11], parece ocorrer alguma presença residual de materiais mais antigos mobilizados na colmatação da área a sul que vimos analisando, constatação que a *sigillata* bem demonstra pois se encontraram aqui 3 fragmentos (3 NMI) em *terra sigillata* de modo itálico (paredes de 2 pratos e 1 de taça de perfil troco-cónico) e um número equivalente de produções sud-gálicas do círculo de La Graufesenque (1 parede de taça da forma Drag 37 e 2 outras pertencentes a dois pratos distintos). As mesmas circunstâncias de remobilização deverão explicar a presença das produções em «paredes finas» (2 NMI), «verniz vermelho pompeiano» (1 NMI) e «tipo Peñaflores» (1 NMI) a que se fez menção em parágrafo anterior, como a presença de elaborações supostamente regionais e que designamos por «cerâmica cinzenta fina» (2 NMI de taça de perfil tronco-cónico e 1 de potinho) e, eventualmente, de elementos de outras classes de materiais aqui não discriminadas.

Os vidros estão representados por 5 distintos recipientes: um ombro eventualmente pertencente a um jarro de corpo paralelepipedico Isings 123 (Fig.12, n.º 70), corrente entre os séculos I a III d.C. (Isings, 1957), um fundo de boião (?) inclassificável (Fig.12, n.º 71), um ombro de recipiente (garrafa ? jarro ?) em vidro translúcido esbranquiçado muito fino, com a parede com depressões ornamentais (Fig.12, n.º 74), uma parede com fio aplicado (Fig.12, n.º 73) e um bordo (Fig.12, n.º 72) pertencentes a duas distintas copas cilíndricas que mostram alguma afinidade com o tipo Augst 40, datável do séc. III a inícios do IV d.C. (Rütti, 1991). Do conjunto salienta-se o exemplar 74, com paralelos próximos em diversas sepulturas todavia ainda inéditas da Praça da Figueira, encerrando bem definidas cronologias do séc. II avançado até ao último terço do séc. III d.C. (informação pessoal de um dos autores- RBS). Estes indicadores são corroborados pelos fragmentos de copa cilíndrica em vidro incolor mencionados, que denotam tecnologias, incluindo as decorativas, em voga entre meados do séc. II e ao longo de todo o séc. III d.C. (Isings, 1957; Rütti, 1991), com paralelos em diversas morfologias vasculares vítreas detectadas no NO Peninsular (Cruz, 2009: 286, 307, 311, ..., por ex.).

O escasso grupo de lucernas colectado na Rua do Ouro n.ºs 133-145 é muito fragmentário, o que invalida atribuições tipológicas categóricas. Ainda assim, e a despeito do pequeno número, parece sintomático o predomínio norte africano sobre as ocorrências sud-hispânicas. O único exemplar passível de integração formal, embora sem grande segurança, equivale a um fragmento norte africano conservando o arranque do bico redondo e parte da orla decorada com mal definidas pérolas, aparentemente equivalente ao sub-tipo 4 da forma Deneauve VIII. Este modelo, de algo controversa cronologia, vinha sendo atribuído à segunda metade do séc. II d.C. Porém, a revisão crítica dos dados feita por Michel Bonifay, com base em contextos seguros e de distinta geografia, permitiu situar o sub-tipo na segunda metade do séc. III d.C. (Bonifay 2004: 334).

A «cerâmica africana de cozinha» faz-se representar por 4 fragmentos, dos quais um bordo atípico de tacho (Fig.13, n.º 90) e um outro do tipo Hayes 197 (Fig.9, n.º 28). Esta última morfologia é corrente nos séculos II a IV d.C. A configuração do seu bordo, que não é ostensivamente moldurado como nos exemplares bem datados já do séc. IV d.C. (Bonifay, 2004: 223-225), sugere que a sua cronologia não deverá ultrapassar o séc. III d.C.

O material anfórico recolhido nos ambientes a sul do muro [11] é evocativo da vitalidade comercial da cidade de Lisboa, como da eventual prática de “consumos diferenciados”. Duas distintas ânforas orientais estão presentes, uma provavelmente egeia mas sem origem precisa determinada (Fig.9, n.º 29), outra equivalente a um envase oriundo da ilha de Cós (Fig.10, n.º 48). Merece ser recordado, a propósito deste último, o achado nos níveis de revolvimento

novecentista do local, do fragmento de ânfora de Cós preservando parte do colo e de uma asa (Fig.7, n.º 2), que com ele se pode relacionar. Também forâneos são o fragmento de uma asa de rolo de ânfora bética do Guadalquivir (Fig.10, n.º 47) e de uma pequena porção de asa em produção africana (Fig.10, n.º 46). Como seria expectável, o grupo das ânforas lusitanas está mais bem representado, verificando-se a presença exclusiva dos tipos Dressel 14 (2 NMI) e Lusitana 3 (2 NMI), bem como de um testo de ânfora regional (Fig.12, n.º 79), comprovadamente empregue no fecho das Dressel 14 como se constatou no contexto da Praça D.Luis I (Lisboa- Parreira e Macedo, 2016). De novo nos surge a associação dos dois principais tipos lusitanos dos séculos I avançado ao III d.C., como havia ocorrido já nos contextos perturbados por acções pós-romanas, parecendo ser significativo tratarem-se das únicas morfologias lusitanas atestadas no local.

A cerâmica comum recolhida mostra o predomínio das elaborações oleiras de plausível origem regional, devendo ainda assim notar-se a presença de um opérculo que pode ser oriundo da Península Itálica e de 3 pequenos testos béticos, um dos quais seguramente proveniente da área costeira desta província.

As morfologias das cerâmicas comuns regionais presentes nestes contextos de abandono e colmatação do ambiente a sul do muro [11] resumem-se aos potes/panelas (10/11 NMI), jarros (7 NMI), testos (5 NMI), bilhas (3 NMI) e bacias (2/3 NMI), estando as restantes formas que denominámos por tacho (1 a 2 NMI), pucarinho, tigela e grande pote/panela ou pequeno dólio somente atestados por uma vez. Este conjunto mostra, por consequência, um perfil funcional onde assoma a mais alta frequência da cerâmica destinada à preparação culinária e à conservação de alimentos e líquidos, por oposição aos contentores de grande dimensão, ausentes, e à escassa vasculária destinada ao consumo alimentar, que no máximo poderia compreender o pucarinho, como destinado ao consumo de líquidos, e a tigela, destinada à apresentação e/ou ao consumo mais individualizado de alimentos sólidos ou liquefeitos.

Procurando uma síntese referente à cronologia da etapa de desactivação e abandono das estruturas romanas da Rua do Ouro n.ºs 133-145, quer a sul quer, a norte do muro estruturante [11], o cúmulo de indicadores proporcionados pelas cerâmicas e vidros compõe um conjunto de alguma coerência situável ainda dentro do último quarto do séc. III d.C., sendo que para os momentos mais avançados das formações detríticas de acumulação que colmataram o conjunto estrutural, estas datas se podem ainda estender às primeiras décadas do séc. IV d.C. FIGS. 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 E 16

3. Considerações finais

A exposição que acabámos de fazer dos dados identificados na Rua do Ouro n.ºs 133-145 torna evidente ter-se detectado um contexto construtivo dinâmico e complexo, de alguma qualidade arquitectónica, cuja cronologia inicial se situa dentro do séc. II d.C., pelo mais tardar, verificando-se o seu abandono entre os finais do séc. III e primeiras décadas do séc. IV d.C.

Os elementos identificados deixam, todavia, alguns elementos em aberto, com natural destaque para o uso que aquele núcleo do espaço suburbano de *Olisipo* adquiriu em época imperial romana. De facto, mais se não pode no momento do que descartar funcionalidades artesanais ou manufactureiras para as estruturas reveladas, nomeadamente a possibilidade de se tratar de mais uma *officina* de *garum*. A área estudada, que revela qualidade na decoração arquitectónica, tanto pode ter correspondido a um espaço doméstico de alguma amplitude,

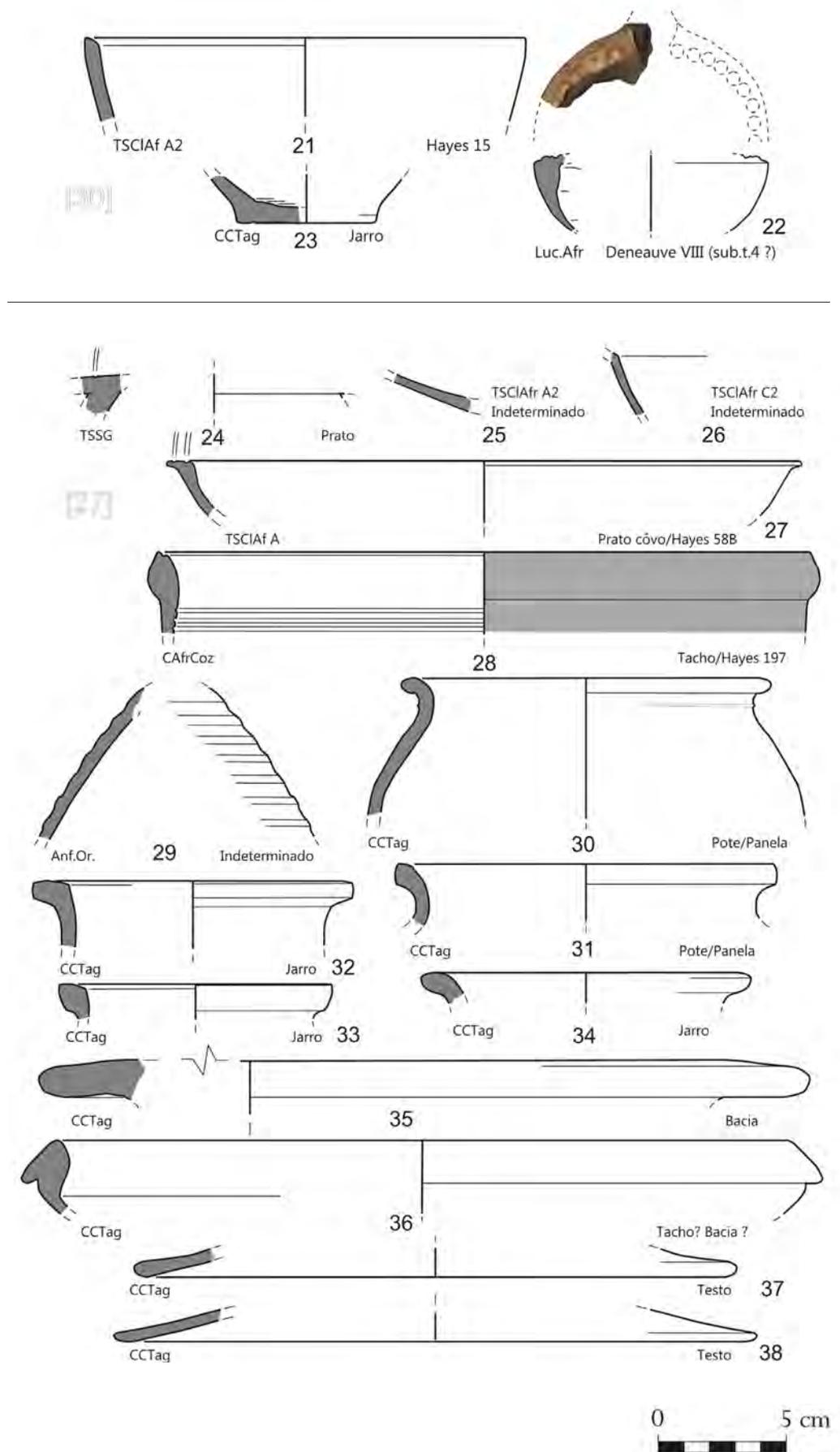


Figura 9
 Cerâmicas romanas recolhidas em contextos das últimas etapas de colmatação do momento D [30] e [27]. romanas recolhidas em: contextos mais avançados do abandono do ambiente a norte do muro [11]- momento D [13]; etapa inicial de colmatação do tanque [7]+[8]+[37]- momento D [16].

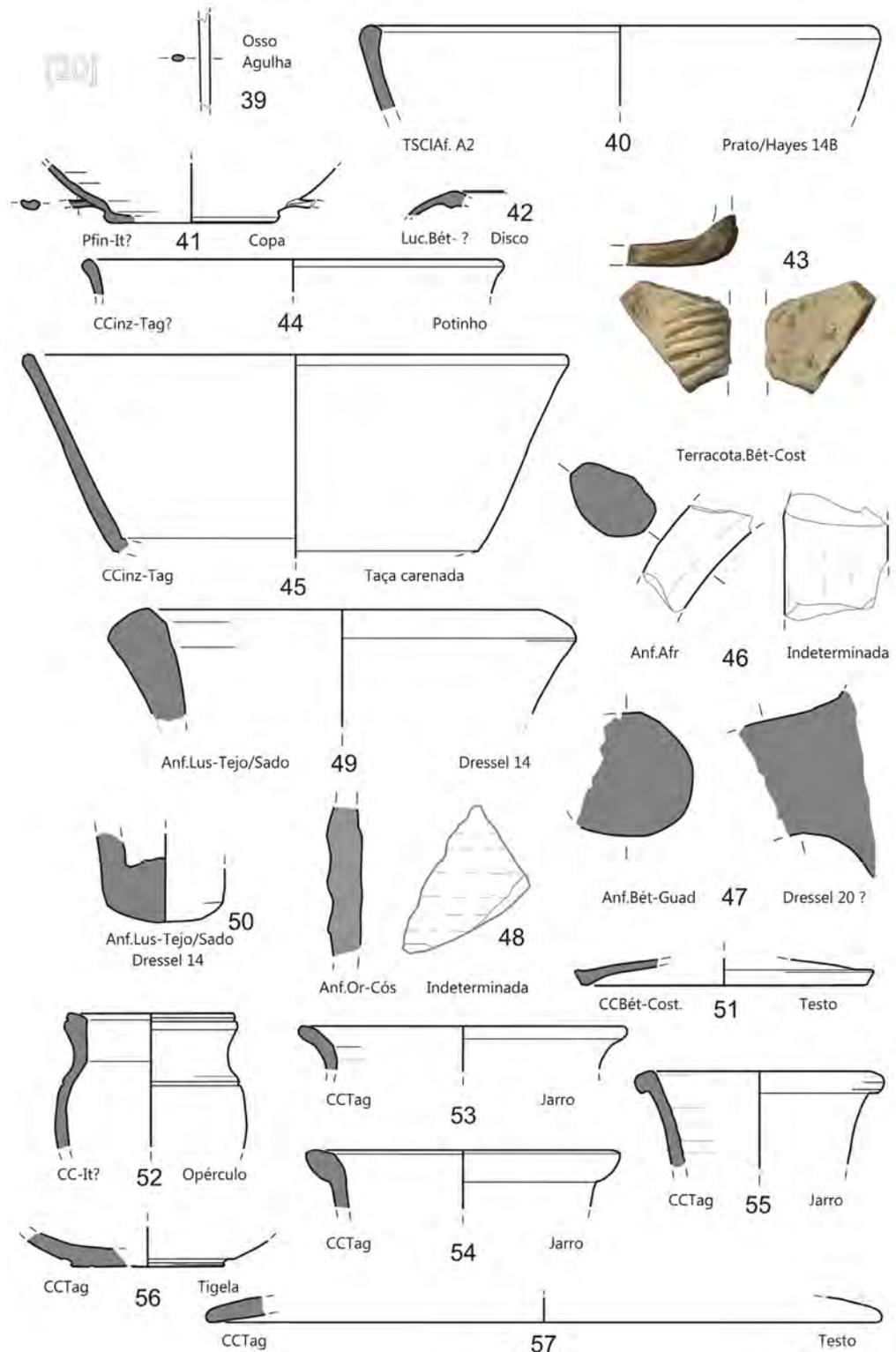


Figura 10
 Cerâmicas romanas
 recolhidas em
 contextos das
 etapas intermédias
 da colmatção do
 ambiente a sul do
 muro [11]- momento
 D [20].



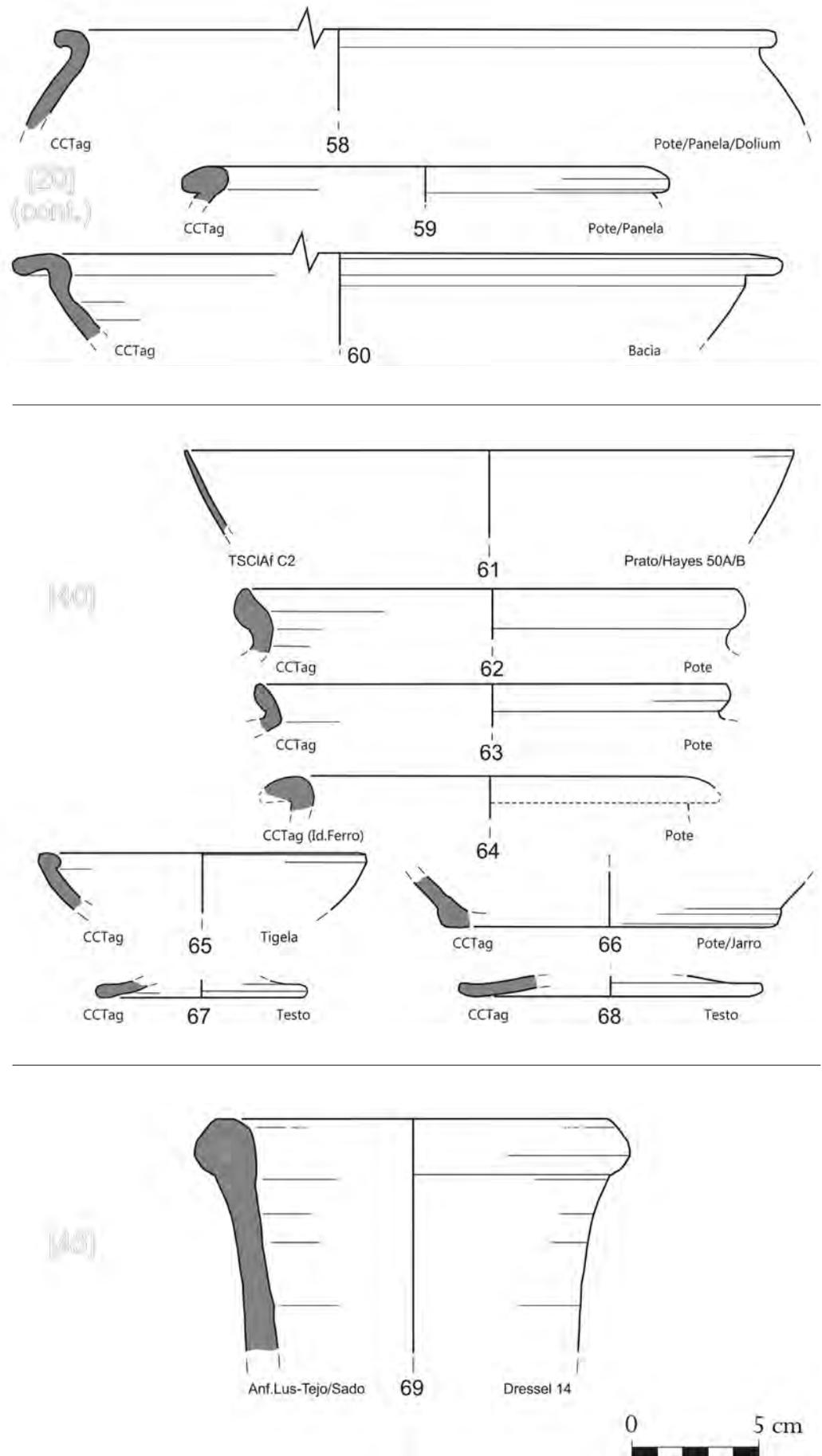


Figura 11
 Cerâmicas romanas
 recolhidas em
 contextos das
 etapas intermédias
 da colmatção do
 ambiente a sul do
 muro [11]- momento
 D [20] (cont.) [40] e
 [43].

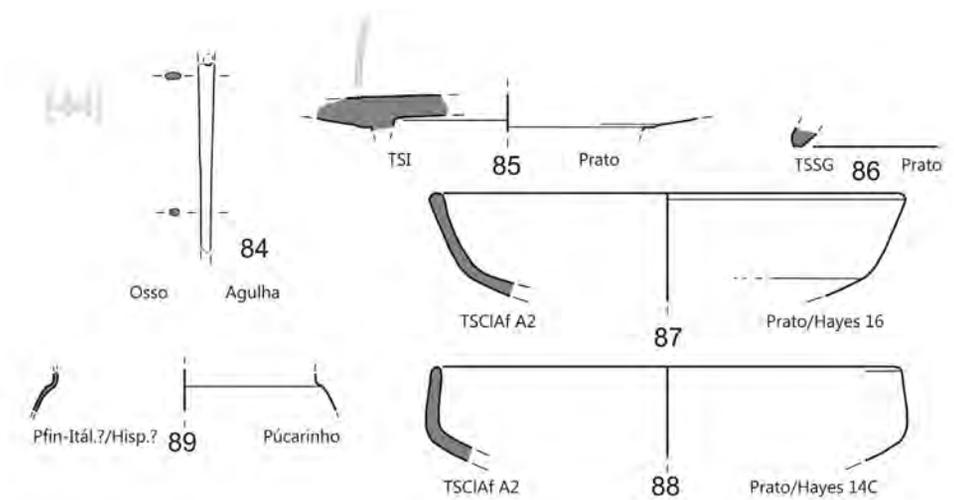
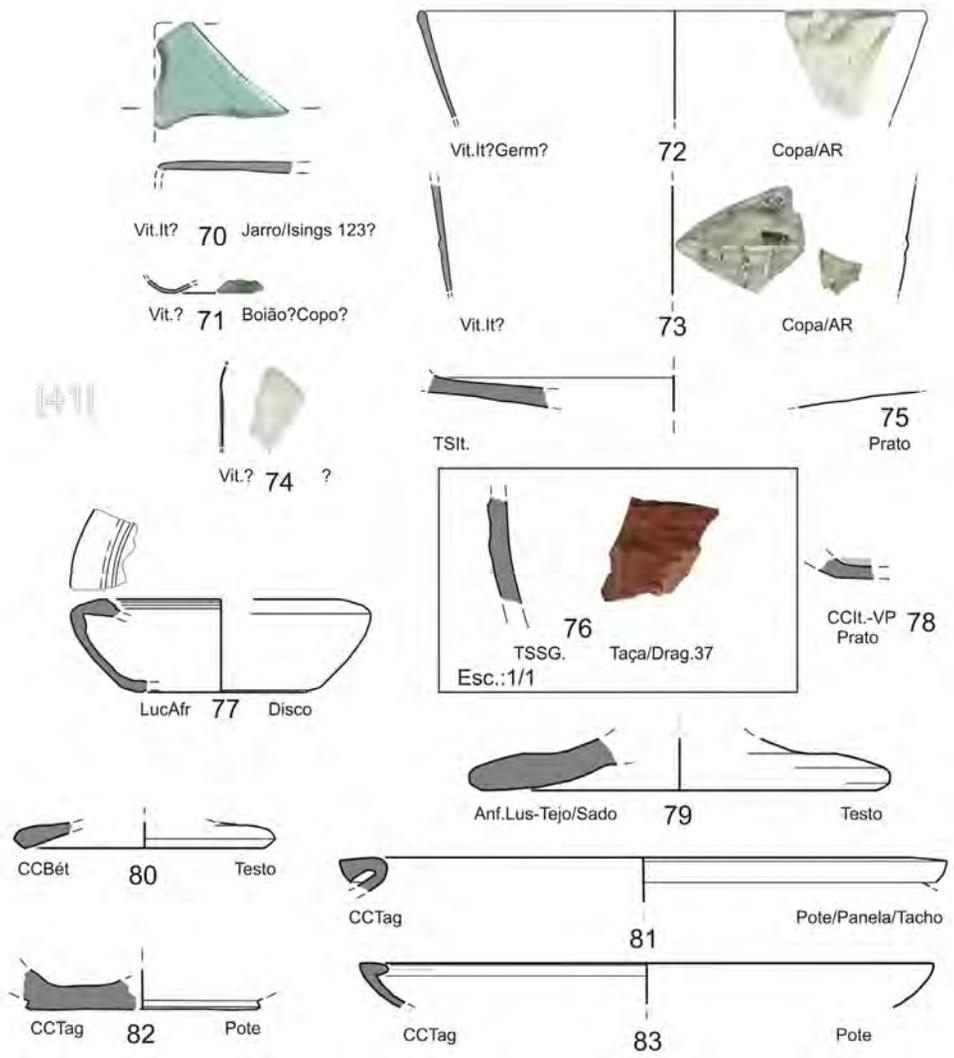


Figura 12
 Cerâmicas romanas recolhidas em contextos das etapas intermédias da colmatação do ambiente a sul do muro [11]- momento D [41]- e inicial do mesmo processo -momento D-[44].

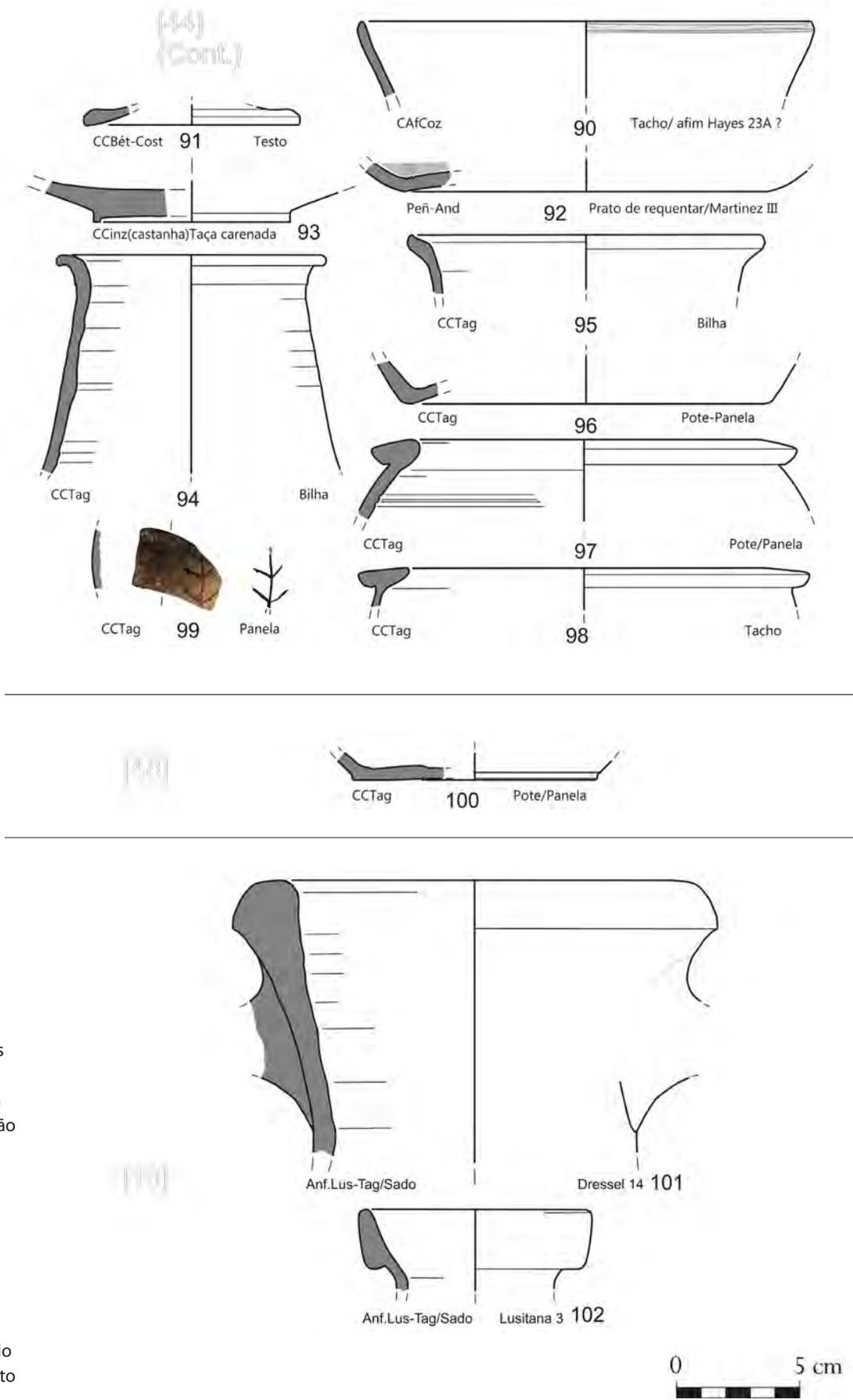


Figura 13
 Cerâmicas romanas recolhidas em: contextos da etapa inicial da colmatação do ambiente a sul do muro [11]- momento D [44]- e de remodelação- momento B(?) [48]; contextos mais avançados do abandono do ambiente a norte do muro [11]- momento D [13].

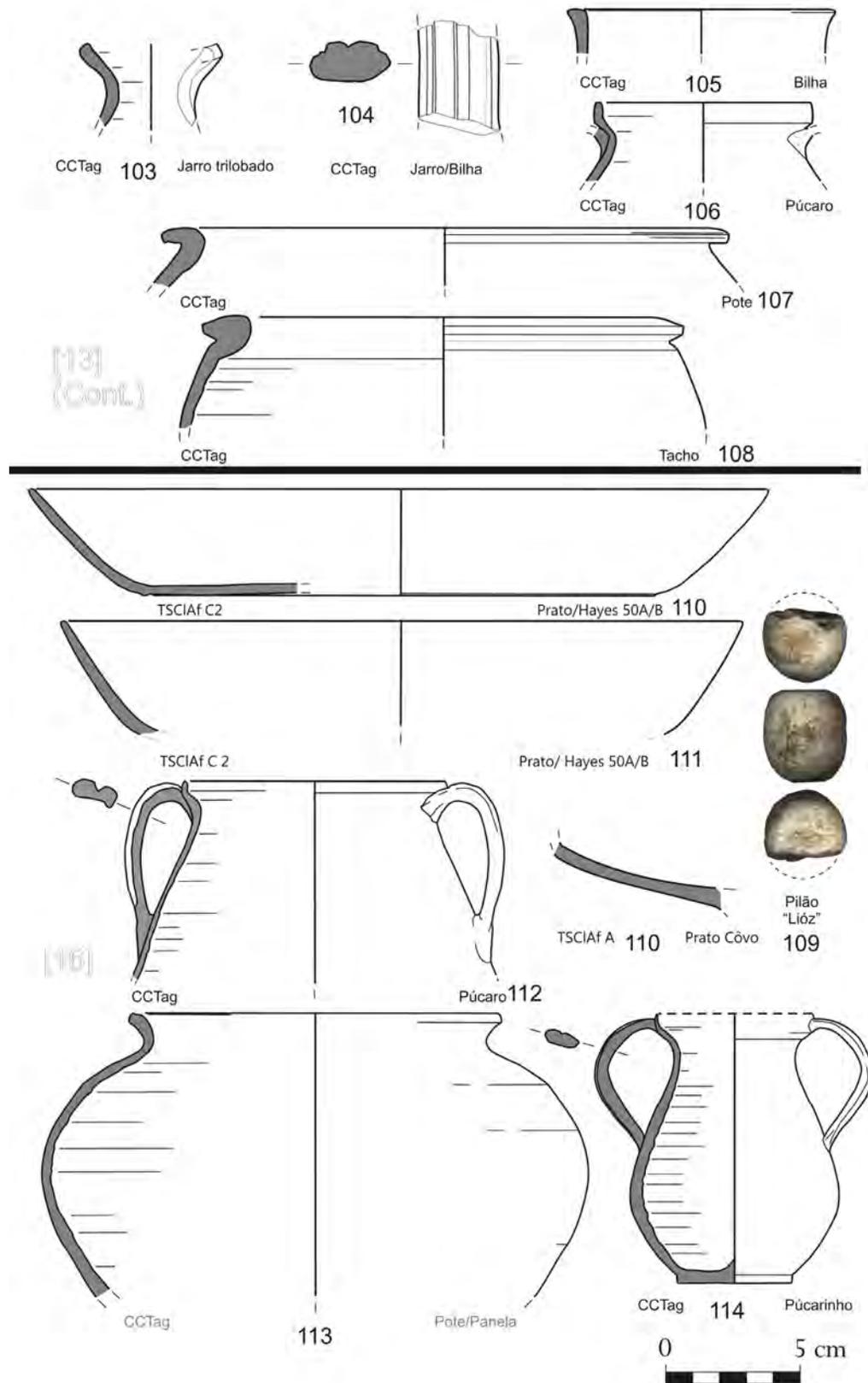


Figura 14
 Cerâmicas romanas recolhidas em: contextos mais avançados do abandono do ambiente a norte do muro [11]- momento D [13]; etapa inicial de colmatação do tanque [7]+[8]+[37]- momento D [16].

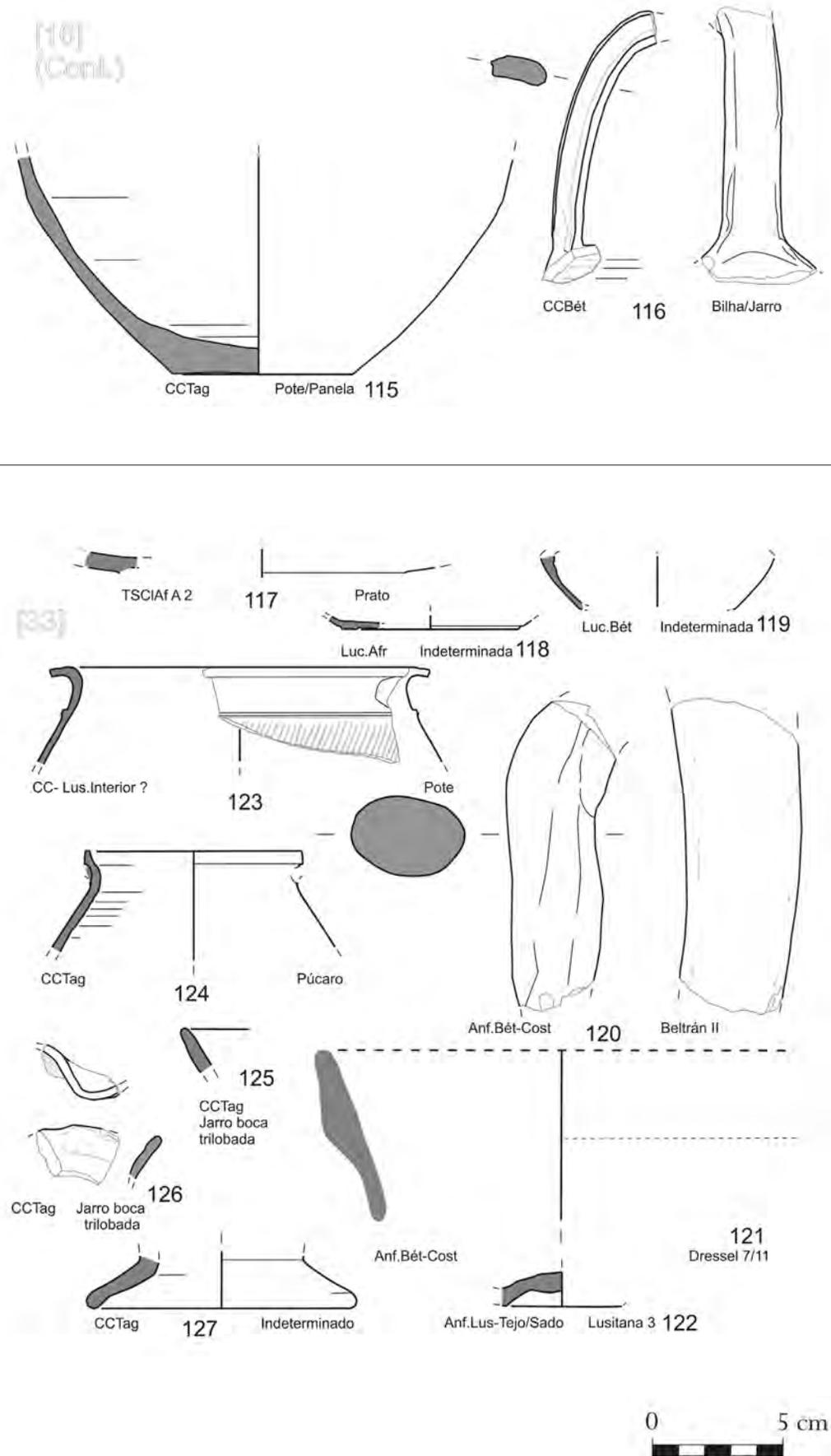


Figura 15
 Cerâmicas romanas recolhidas em: contextos da etapa inicial de colmatação do tanque [7]+[8]+[37]-momento D [16] (cont.); nivelamento de remodelação do ambiente a norte do muro [11]-momento C- [33].

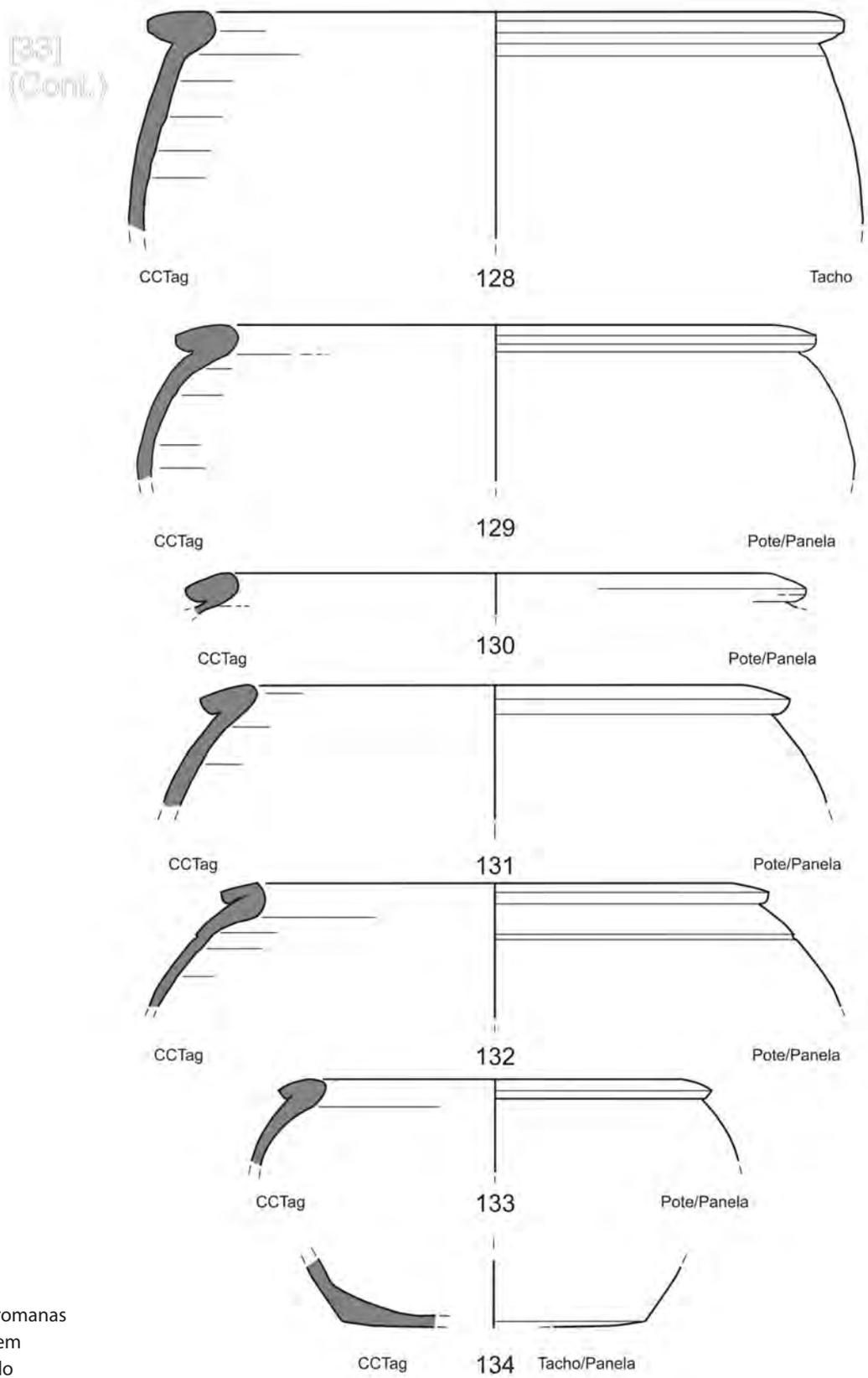


Figura 16
Cerâmicas romanas
recolhidas em
contextos do
nivelamento de
remodelação do
ambiente a norte do
muro [11]- momento
C- [33] (cont.).

como por exemplo uma “*domus*”, como a outra funcionalidade de bem distinto cariz, funerária ou inclusive estritamente sagrada. Certo é, somente, que em determinado momento uma zona de um dos compartimentos da edificação assumiu carácter religioso, como denunciado pela presença da ara em alvenaria encontrada *in situ*.

O conjunto de estruturas possibilita reflexões de outra natureza, importantes para a leitura do antigo urbanismo da cidade romana que subjaz a Lisboa, aspectos para os quais, aliás, a funcionalidade que o espaço encerrou no período imperial é irrelevante. Estes prendem-se, em primeiro lugar, com duas questões interligadas: o desenho da trama do sector suburbano ocidental e a paleo-topografia desta zona, em particular no que se refere à importância à época do Esteiro da Baixa.

De facto, leituras recentes sobre este curso de água que percorria o Vale da Baixa na Antiguidade têm-lhe conferido uma importância maior como condicionante do desenvolvimento da urbanística da Idade do Ferro à Época Medieval. Mesmo que assumindo somente expressão gráfica, estudos arqueológicos diversos, como de diferente folgo e alcance (Moita, 1968, 1994; Torres, 1994; Amaro, 1995; Pimenta, 2005; Calado, 2008; Arruda, 2014, de uma lista maior), transmitem uma imagem que se inspira em estudos (sublinhe-se) de marcada amplitude macro-regional, bem datados, executados pela escola geográfica da Faculdade de Letras de Lisboa (Daveau, 1994) mas porventura também sugeridos, em última análise, por uma mitologia lisboeta pluri-secular, ligada à alegada navegabilidade do Esteiro testemunhada aquando da chegada do corpo do mártir padroeiro São Vicente a Lisboa e uma outra referência nos finais do século XVI da autoria de Frei Luís de Sousa (cotejados por Silva, 1945). Convenhamos que se trata de bases por demais frágeis.

A propósito do Esteiro da Baixa foi desenvolvido entre 1996 e 1999 um projecto em parceria pela Faculdade de Ciências e pelo antigo Museu da Cidade, que proporcionou alguns dados interessantes para o conhecimento acerca do talvegue, nomeadamente a sua origem, a caracterização da dinâmica do seu preenchimento e vários dos episódios paleo-climáticos ocorridos no passado. Assim:

- o leito de encaixe foi definido no substrato Miocénico durante o Último Máximo Glaciar, c. 18000 B.P. (Andrade, 2001: 31, conf. fig.1);
- as primeiras influências oceânicas manifestaram-se no “pacote sedimentar essencialmente lodoso” formado a partir de c. 10200-9500 B.P. (Idem: 32);
- verificou-se uma sequência de pulsos transgressivos entre c. 9500 e c. 8000 B.P., assimiláveis a uma fase de melhoria climática, com maior precipitação (Idem: 33-34);
- posteriormente uma fase de maior deposição terráquea, de areias, entre c. 8000 e c. 4000 B.P. (Idem: 34);
- a quase total colmatção do vale de encaixe foi verificada já em c. 3200 B.P. que, após um hiato, “assiste à ocupação humana desta região (na época uma praia fluvial) dominada por aportes relacionados com a actividade humana e a conquista de terreno ao estuário” (Idem: 35 e “Resumo dos Trabalhos desenvolvidos”- s/p).

Devendo sublinhar-se que a colmatção verificada no passado ilustra também a progressiva deslocação do leito do talvegue de Este para Oeste, de tal forma que a documentação de época medieval regista já a sua localização encostada à base da vertente Este da Colina do Monte de São Francisco, limite ocidental do Vale da Baixa, os elementos coligidos no essencial pelo labor da equipa da Faculdade de Ciências encontram plena correspondência no dado arqueológico.

De facto, e compilando somente alguns dados altimétricos absolutos que julgamos mais significativos: na zona mais a norte, os vestígios do assentamento da Idade do Bronze Final detectados na Praça da Figueira em 1962 e 1999-2001, praticados sobre um areal, apresentam cotas mínimas de +2,50 e +2,60 m, sendo afectados no seu topo por um episódio (?) de inundação, evidenciando canais de drenagem hídrica evidentes, anteriores à Época Romana (Silva, 2013); bem mais para sul, as cotas do pavimento original do criptopórtico romano da Rua da Prata situam-se em torno do +1m; na zona mais próxima à parte terminal do Esteiro, as cotas da base do vestígio construtivo romano revelado em 2000 na esquina da Rua da Conceição com a Rua Augusta, na loja Zara, mostraram altimetrias de cerca de +1,10/1,20 m (Ferreira, Jorge e Ramos, 2000). Em contraponto, o leito aquático no período romano imperial está bem definido desde há duas décadas graças à escavação da Praça do Município '97, zona que estaria no período romano muito próxima ao interface entre a foz do Esteiro da Baixa e a margem do rio Tejo. Aqui, o topo da cascalheira de fundo estuarino (unidade 15) evidenciou cotas a rondar os -0,50 m (Muralha e Leitão, 1998).

Recorde-se que, de há muito o olisipógrafo Vieira da Silva desmontara a hipótese da alegada navegabilidade do Esteiro em Época Romana, feita sobretudo com base nas suas observações em 1922 de um dreno romano construído em *lateres* localizado a c. 8 m de profundidade num dos prédios do segundo quarteirão NO da Rua Augusta, que entendeu como evidência arqueológica sólida para a argumentação neste sentido (Silva, 1945). Apesar deste dado já quase centenário, a navegabilidade do Esteiro persiste ainda hoje em povoar o imaginário das narrativas sobre o passado mais remoto da cidade de Lisboa...

Os dados da Rua do Ouro n.ºs 133-145 vêm agora acrescer aos já disponíveis sobre a matéria em causa, documentando agora, e pela primeira vez, a ocupação do espaço nas proximidades da antiga margem direita do talvegue, e reforçando as leituras que conferem ao Esteiro da Baixa uma bem mais modesta dimensão do que a que se lhe atribui miticamente. Considerando estas observações, e entrando no domínio conjectural, afigura-se como muito plausível que o curso de água tenha sofrido, ao menos nos momentos de maior expansão urbanística do período romano, alguma obra de acondicionamento, cujas características no momento ignoramos por completo, mas que podemos supor de alguma entidade de modo a “domesticar” as águas do Esteiro.

Descartada a navegabilidade do curso de água nos primeiros séculos da Era, o seu papel terá ainda assim adquirido relevo maior para o urbanismo da zona, mas com outro cariz: constituiu-se forçosamente como um elemento fulcral para drenagem hídrica e para o saneamento de resíduos desta área periférica da cidade. Múltiplas evidências mais do que no-lo sugerem, como seja o já referido dreno laterício observado em 1922, a que se deverão acrescentar outras estruturas de maior entidade cuja existência nos é implicitamente denunciada pela existência de canalizações noutras pontos da Baixa como, por exemplo, no Núcleo Arqueológico dos Correeiros (Silva, 2012). Também suportando esta mesma leitura, deverá enfatizar-se a elevada acumulação de descartes cerâmicos nas zonas mais a jusante do Esteiro da Baixa ou na imediata proximidade da sua presumível antiga foz, todos encerrando cronologias muito centradas nos séculos I a III e/ou IV d.C., como as bem documentadas na Praça do Município (Muralha e Leitão, 1999), Rua Augusta-Zara (Ferreira, Jorge e Ramos, 2000) ou Museu do Banco de Portugal (Rocha, Reprezas, Miguez e Inocêncio, 2013; Santos, 2016).

Outro vector de análise importante permitido pelas observações produzidas na Rua do Ouro n.ºs 133-145 reporta-se à morfologia do desenho urbano do subúrbio ocidental de *Olisipo*.

Antes do mais, a definição de bem distintas áreas funcionais na cidade romana que subjaz a Lisboa é uma matéria que vem de há muito sendo repisada por alguma investigação. Primeiramente intuída por Jorge de Alarcão, de forma todavia lacónica (Alarcão, 1994), seria depois retomada em particular por um dos autores a partir de 1997 (Silva, 1999, 2002, 2005, 2012, 2015). A questão centrava-se na existência – ou não – de uma muralha executada no período Alto-Imperial que estabelecesse arquitectonicamente a distinção entre um perímetro, o *pomerium*, e o seu exterior, com todas as implicações urbanísticas que tal acarretaria. Ora, o desenvolvimento da *praxis* arqueológica em Lisboa nos anos subsequentes viria a comprovar a existência dessa distinção e do seu marcador visual fundamental, isto é, a aludida muralha.

Não sendo este ainda o local, ou o momento, para abordar uma matéria tão fulcral para a leitura da cidade Alto-Imperial de *Olisipo*, e sobre a qual conhecemos de facto ainda pouco, ainda assim deverá recordar-se a primeira publicação da existência de uma muralha de data Júlio-Cláudia no espaço dos antigos armazéns da Casa Sommer (Gomes e Gaspar, 2007), na antiga frente ribeirinha meridional, sendo certo que o desenvolvimento da extensa intervenção levada a cabo pela empresa NeoÉpica no mesmo local, agora com outros meios e metodologias, permitirá leituras mais extensas e profundas sobre a estrutura. A este propósito julgamos, também, que os dados proporcionados pela mais recente intervenção na Casa dos Bicos, publicados há pouco tempo (Filipe, Quaresma, Leitão e Almeida, 2014), deverão de igual modo ser vistos a outra luz, como deverá acontecer com os divulgados do Pátio da Senhora de Murça, no lanço oriental da muralha, como um de nós já teve ocasião de dizer (Silva, 2015).

Se os dados ainda são escassos, embora disponíveis, para os trajectos meridional e oriental, onde a paleo-topografia constribe severamente as possibilidades, tal não acontece para o lanço ocidental, onde as interrogações se acumulam de forma drástica, e onde incide porventura o maior interesse dado o intenso desenvolvimento urbanístico praticado no Vale da Baixa, onde se situa o ponto da Rua do Ouro n.ºs 133-145. Restam, para esta zona duas hipóteses: sabendo-se que aqui o trajecto da muralha Alto-Imperial não pode coincidir com o que iria assumir a *cerca* medievá, é de supor que a construção em finais do séc. I – inícios do séc. II d.C. das *Thermae Cassiorum* (Silva, 2015) ou a tenha respeitado ou modificado ou, em alternativa, que *Olisipo* fosse aqui uma “cidade-aberta”. Esta última leitura é, em definitivo, de descartar, não tendo os autores conhecimento de qualquer exemplo de cidade júlio-cláudia de estatuto privilegiado na Hispânia meridional onde a arqueologia já tenha comprovado a existência de muralha com esta morfologia “aberta”. A única alternativa verosímil é a de que embora tenha existido, o trajecto da estrutura seja hoje ainda para nós uma incógnita, e mais se não pode do que excluir do seu perímetro interior áreas onde se tenha atestado a existência de práticas funerárias coevas, como acontece com a necrópole júlio-cláudia detectada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Bugalhão, Arruda, Sousa e Duarte, 2013) / Sondagem 34 da mesma rua (Silva, 2012).

A exclusão segura de uma ampla faixa da Baixa do que seria o perímetro interior da cidade romana Alto-Imperial não significa que este espaço não tivesse sido dotado de acções de planeamento urbano, indispensáveis em razão do modelo administrativo imperial, incluindo aqui os aspectos jurídicos e fiscais implícitos.

À guisa de nota de pé de página crítica, há uma tendência para adscriver a data de construção das muralhas alto-imperiais aos actos fundacionais que lhes terão dado origem e que conhecemos a partir de mais ou menos consistente evidência histórica, textual e/ou epigráfica, nomeadamente circunstâncias de promoção de estatuto jurídico, tão comuns na Hispânia entre a tardo-República e Vespasiano. Em sentido contrário, há casos de adscrição de cronologias feitas somente com base na informação contextual arqueológica. Deverá aqui

ressalvar-se a inerente complexidade que o assunto encerra, onde diferentes momentos estão presentes de forma inexorável no monumento arquitectónico com o qual lidamos: programa, projecto, plano, execução de obra e dinâmica da vida da estrutura, que podem encerrar bem distintos “tempos”. Como mero exemplo indicativo, invoque-se o caso cordovês, para o qual dispomos de sólida informação textual e arqueológica: ali teve lugar um programa e projecto augusteo datado dos finais do séc. I a.C., que consistiu numa extensa ampliação urbana da colónia tornada agora capital provincial, implicando a erecção dos troços novos de muralha, estrutura cuja construção se desenvolveu ao longo de cinco a seis décadas, atingindo ainda o principado de Cláudio (41-54 d.C.), como comprovado na sua sobreposição a uma fossa detritica com aquela cronologia no sector meridional da cidade (Vargas Cantos e Moreno Almenara, 2002-2003).

Retomando os raciocínios anteriores em referência ao subúrbio ocidental de *Olisipo*, entrever o(s) desenho(s) urbanos a partir dos fragmentos observados pela prática arqueológica executada na actualidade na zona da Baixa Pombalina lisboeta não é tarefa fácil, mas os modelos de abordagem foram explicitados de há muito (Silva, 1999, 2002). No caso, a constatação de tendências de orientação geográfica das estruturas romanas reconhecidas, acantonadas em sectores zonais específicos (Idem), é sintomática da existência de uma ou várias modelações do espaço praticadas no período imperial romano, isto é, de um ou, com maior probabilidade, vários parcelamentos mandados executar pela administração municipal olisiponense, em datas que poderemos situar entre os finais do séc. I a.C. e os meados-finais do séc. III d.C., pelo mais. Deverá notar-se que esta(s) acção(ões) nada tem que ver com o destino posterior do uso das parcelas, que pode ser funerário, habitacional, artesanal/manufatureiro ou outro, matéria que é da responsabilidade dos seus proprietários respectivos, sendo da exclusiva responsabilidade da edilidade olisiponense a fiscalização dos espaços e a construção e manutenção dos equipamentos e edifícios públicos da zona.

No caso presente, as estruturas romanas descobertas na Rua do Ouro n.º 133-145 encerram um alinhamento ao norte geográfico coincidente com o já observado no troço conhecido da via norte de *Olisipo*, em partes da “necrópole Noroeste” escavada em sucessivas ocasiões na Praça da Figueira (Silva, 2005, 2012), nas *officinae* de *garum* mais a norte reconhecidas em 1997 no cruzamento da Rua de São Nicolau com a Rua dos Douradores (Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003; Silva, 2005, 2012), na *officina* de *garum* a que se sobrepôs uma unidade habitacional (?) identificados na Sondagem 34 da Rua dos Correeiros em 1991 (Diogo, Fernandes e Silva, 1991; Fernandes, 1997), sendo próximo ao do *circus* (Silva, 2012). Estas observações sugerem fortemente a existência de uma tendência ortogonal no desenho urbanístico alto-imperial desta área suburbana, cobrindo um amplo espaço equivalente à parte oriental e setentrional do Vale da Baixa e que, em função dos dados já publicados da Praça da Figueira, poderá remontar ao principado de Cláudio, pelo menos (Silva, 2012). Os dados proporcionados pela intervenção da Rua do Ouro n.º 133-145 não contestam estas datas iniciais.

O abandono da construção em estudo coincide com as datas aferidas na Praça da Figueira para o final da fase III deste local, recorde-se que um episódio intensivo de roubo de pedra generalizado e de desmantelamento dos edifícios e monumentos funerários ali escavados (Silva, 2005, 2012). Contudo, dificilmente as razões invocadas para explicar aquele episódio traumático, que julgamos de colocar em relação com necessidade extrema de pedra destinada à primitiva erecção de uma muralha tardia em *Olisipo* ocorrida no período tetrárquico (Silva, 1999, 2005, 2012, 2015; De Man, 2008), ou constantiniano inicial, aproveitamos para acrescentar, colhem aqui.

Levantam-se, por consequência, questões de natureza histórica mais ampla, relacionadas com as dinâmicas da vida urbana lisiponense, e com as modificações ocorridas em resultado das profundas reformas resultantes da nova definição de cidade tardia romana ou do Baixo Império, chamemos-lhe assim.

Assoma aqui um contraste no escasso dado arqueológico conhecido para a Baixa. Ao passo que no campo das unidades de processamento de preparados de peixe se constata que muitas prosseguem a sua laboração adentro do século IV d.C. e depois (Fabião, 2009), no *circus*, o estudo da *sigillata*, articulado com a estratigrafia registada, demonstra a acumulação de depósitos nos séculos IV e V d.C. sobre as estruturas (Sepúlveda, Vale, Santos, Santos e Guerreiro, 2002), comprovando o seu abandono efectivo à data. O edifício lúdico acompanha deste modo o panorama verificado na vizinha Praça da Figueira, onde a Fase IV assiste a um perdurar na quarta centúria de uma prática circunscrita no espaço de sepultamentos de bem modesta expressão arquitectónica por comparação com a assumida na fase precedente (Silva, 2005, 2012).

Já o panorama da Rua do Ouro n.º 133-145 tem por único paralelo tornado público da Baixa, embora de forma deveras insuficiente, o exíguo espaço escavado dotado de mosaicos e frescos da Sondagem n.º 34 da Rua dos Correeiros (Diogo, Fernandes e Silva, 1991; Fernandes, 1997; Silva, 1999), cujas cronologias de abandono se situarão pelo mesmo horizonte cronológico, em função da presença de *sigillata* clara africana C e A (dados em curso de estudo por um dos autores- RBS). Talvez se possa acrescentar a este o caso de uma das *officinae* de *garum* do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, onde os dados são compatíveis com o mesmo fenómeno de abandono e sequente acumulação detritica de colmatação (Bugalhão, 2001; Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003; Silva, 2012).

Há, portanto, que procurar nos dados mais recentemente exumados na cidade, outros elementos que suportem de forma mais sólida uma leitura que no momento se começa a configurar para *Olisipo*, a de que o último terço do século III d.C. primeiras décadas do IV d.C. assistem a uma efectiva e profunda quebra da área urbana ocupada, afinal um constrangimento da cidade que poderíamos reputar de historiograficamente “clássico”.

Aquilo que se nos afigura como mais aliciante é, justamente, a circunstância de em termos económicos o dado empírico arqueológico, nomeadamente o volume das importações (*sigillata*, ânforas) como o das exportações (ânforas), nos mostrar que a dimensão da cidade não só se mantém, como de forma plausível cresce. Ou que o relêvo político no panorama do ocidente lusitano é prevalente, como demonstram a precocidade do estabelecimento do bispado ou a profunda reforma das *Thermae Cassiorum* sofrida em 336 d.C. a mando do *praeses* provincial testemunhada por epígrafe (Encarnação, 2009).

Dever-se-á, de igual modo, convocar para a argumentação neste mesmo sentido a vitalidade sentida através das reformas arquitectónicas empreendidas em diversas das *uillae* do *territorium* no período tardio, de que a musivária é uma das faces mais visíveis, e de que se poderiam colher como exemplos sítios de uma extensa lista como os da Quinta da Bolacha (Amadora), Almoínhas, Frielas (Loures), Alto do Cidreira, Freiria (Cascais) ou São Miguel de Odrinhas (Sintra). Em qualquer um é pressuposta a existência de um agente promotor lisiponense que detém em simultâneo o *status* e a capacidade económica que lhe permitiu custear a onerosa decoração arquitectónica aplicada nos espaços de representação dominial.

Os momentos finais da presença romana na Rua do Ouro n.ºs 133-145 poderão, afinal, não ser mais do que um sintoma de um fenómeno mais amplo, sentido na zona suburbana ocidental lisiponense. Resultado de uma nova configuração territorial em gestação no período tardio na região, então se joga entre o centro propriamente urbano e o espaço mais amplo

do território, uma tensão que acarreta a perda de importância, ou mesmo o abandono, de determinadas funcionalidades localizadas nas zonas mais marginais da cidade de *Olisipo*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1994) – Lisboa Romana e Visigótica. In *Lisboa Subterrânea* (Catálogo). Lisboa: Electa. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, p. 58-63.
- AMARO, C. (coord.) (1995) – *Núcleo arqueológico da Rua dos Correios*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- ANDRADE, C. de (2001) – *Relatório de Execução do Projecto «O enchimento do Esteiro da Baixa» em Época Histórica*. Lisboa: Fundação da Faculdade de Ciências. Policopiado.
- ARRUDA, A. M. (2014) – *Lisboa Sidérica: um porto mediterrâneo no litoral atlântico*. Lisboa: Fundação Millennium BCP.
- BEZECZKY, T. (2013) – *The Amphorae from Roman Ephesus*, Viena: Institut für Kulturgeschichte der Antike der Österreichischen Akademie der Wissenschaften. Col. *Forschungen in Ephesus*. 15-1.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford : Archaeopress. Col. *British Archaeological Reports, International Series*. 1301.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 15. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; CIDÁLIA, D. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (Lisboa). *Revista portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, p.243-275.
- CALADO, M. (2008) – *Olisipo pré-romana : um ponto da situação*. Lisboa: Apenas Livros. Col. *Livros de Cordel*.
- CRUZ, M. R. M. D. da (2009) – *O vidro romano no NO Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta. Tese de Doutoramento em Arqueologia, área de conhecimento de Materiais e Tecnologias*. Vol. II. *Manual das Formas Vidros Romanos do NO Peninsular*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- DE MAN, A. (2008) – *Defesas Urbanas Tardias. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.
- DIOGO, A.M. Dias; FERNANDES, L.; SILVA, R. B. da (1991) – Elementos sobre a romanização da cidade de Lisboa: a sondagem n.º 34 na Rua dos Correios. Comunicação oral apresentada às *Las Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Seixal.
- ENCARNAÇÃO, J. D' (2009) – As Termas dos Cássios em Lisboa: ficção ou realidade? In *Lusitania Romana – Entre o Mito e a Realidade. Actas da IV Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana (Cascais, 2004)*. Cascais: Camara Municipal de Cascais, p. 481-494.
- FABIÃO, C. (2005) – Lusitanian 3. In *Roman Amphorae: a digital resource*. University of Southampton. (http://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/details.cfm).
- FABIÃO, C. (2009) – O ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. In *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisboa: NIA-ERA Arqueologia, p. 25-50.
- FERNANDES, L. (1997) – *Capiteis romanos da Lusitania Ocidental. Dissertação de Mestrado em História da Arte*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A. A. (2003) – Os contextos medievais da intervenção arqueológica no Edifício Confepelle, Rua do Ouro n.º 197. In *4º Congresso Peninsular de Arqueologia. (Faro, 2003)*. (comunicação oral).
- FERREIRA, M.; JORGE, A.; RAMOS, R. (2000) – *Zara- Rua Augusta (Lisboa) – Relatório Final da Escavação de Salvamento Arqueológico*. Lisboa: Era-Arqueologia (*Relatórios Era*, 79/00). Policopiado.
- FILIFE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. R. de (2014) – Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d. C. em *Olisipo*: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In Ramón Járrega y Piero Berni (ed.) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Oficina Hispana (Tarragona, 10-13 de diciembre de 2014)*. Tarragona: SECAH (col. *Monografías Ex Oficina Hispana*, 3), p. 423-445.
- GOMES, A.; GASPAS, A. (2007) – As muralhas de *Olisipo* – O troço junto ao Tejo. In *Muralhas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lucus Augusti como paradigma. Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI.2005), en el aniversario de la Declaración por la UNESCO, de la muralha de Lugo como Património de la Humanidad*. Lugo: Servicio de Publicaciones de la Departación Provincial de Lugo, p. 687-697.
- HARRIS, E. C. (1991) – *Principios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica. Crítica Arqueologia.

- ISINGS, C. (1957) – *Roman glass from dated finds*. Groningen e Jacarta: J.B. Walters (*Archeologica Traiectina edita ab Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico*).
- MAIA, M. G. P. (1974-77) – *Sigillata Clara com decoração aplicada de Tróia*. Setúbal. *O Arqueólogo Português*. III Série. N.ºs, 7-9. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 365-381.
- MOITA, I. N. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Ano 19. N.º 116-117. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 33-71.
- MOITA, I. N. (1994) – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo'98, Lisboa'94. Livros Horizonte.
- MURALHA, J.; LEITÃO, M. (1998) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica da Praça do Município 1996-1997*. Lisboa. Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade. Policopiado.
- NOLEN, J. U. S. (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse Ware from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In *Inês Vaz Pinto, Rui Roberto de Almeida e Archer martin (ed.) Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. Col. *Roman and late Antique Mediterranean Pottery*. N.º 10, p. 167-172.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- ROCHA, A.; REPREZAS, J.; MIGUEZ, J.; INOCÊNCIO, J. (2013) – Edifício sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In *Congresso de 150 Anos Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1011-1018.
- RÜTTI, B. (1991) – *Die Römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Vol. II *Katalog und Taffeln*. Augst: Römermuseum.
- SANTOS, C. R. dos (2010) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SANTOS, S. B. P. A. dos (2016) – *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SEPÚLVEDA, E. de; VALE, A.; SOUSA, V.; GUERREIRO, N. (2002) – A cronologia do circo de *Olisipo*: a terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.5-2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 245-275.
- SEPÚLVEDA, E. de; GOMES, N.; SILVA, R. B. da (2003) – Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/Rua de S. Nicolau (Lisboa) 1: a terra sigillata”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.6-2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 401-414.
- SILVA, A. V. da (1945) – *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R. B. da (1999) – Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In *Actas do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. DPC/DA, p. 43-67.
- SILVA, R. B. da (2002) – As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de *Olisipo*. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 193-205.
- SILVA, R. B. da (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Policopiado.
- SILVA, R. B. da (2012) – As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R. B. da (2013) – A ocupação da Idade do Bronze Final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *CIRA Arqueologia*. N.º 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios*. Vila Franca de Xira. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 40-62.
- SILVA, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. In *José Carlos Quaresma e João António Marques (coord.) Contextos Estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Monografias da AAP*. N.º 1, p. 41-67.
- TORRES, C. (1994) – Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. In *Lisboa Subterrânea* (Catálogo). Lisboa: Electa. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa Capital Europeia da Cultura'94, p. 80-85.
- VALONGO, A. M. A. (2015) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Rua do Ouro n.º 133. Lisboa. S/1*. Policopiado.
- VARGAS CANTOS, S.; MORENO ALMENARA, M. (2002-2003) – Análisis de un contexto cerámico en el sector meridional de la *Colonia Patricia Corduba*. In *Anales de Arqueología Cordobesa*, n.ºs 13-14. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 201-227.